



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **Ata n.º 4**

### **2.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 26 de fevereiro de 2014**

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano dois mil e catorze, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Jorge Luís Lourinho Mangerona, António Parente (em substituição de António Adriano de Ascensão Pires Ventura, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Jorge Manuel Martins Isidro Domingues, Hugo Chichorro e Silva Capote, João Nuno Cativo Cardoso, Luís David de Moreira Testa, Sara Cidrais Cid (em substituição de José Manuel Marques de Matos Rosa, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), José Miguel Moreira Serafim, Eugénio Barbosa (em substituição de Maria da Conceição Barradas Grilo, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Amândio José Valente e Valente, Constantina do Rosário Frota Nunes Andrade Henriques, Luís Manuel Neves Pires Barata, Raúl Alberto Carrilho Cordeiro, Cristóvão da Conceição Ventura Crespo, Maria da Conceição Ceia Miranda, Ana Maria Soares Lopes, Rui Guerreiro Marques Simplício, Fernando José Patrão Areias, Luís Miguel Páscoa Alentejano, Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, Diogo Júlio Cleto Serra, Vera Alexandra Narciso Caixeiro, Luís Miguel Candeias Ricardo, Manuel Joaquim Lacão Carvalho, João Hermínio Henriques Janeiro, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço, Artur Jorge Coelho Correia. -----

O Presidente da mesa, Jorge Mangerona, deu por aberta a sessão, eram 21:15 horas. Relembrou que naquelas reuniões ordinárias tinham um período inicial destinado ao público (Art.º 31.º do regimento) e perguntou se alguém desejaria intervir. -----

#### **Intervenção do público:**

Nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, deu o Presidente da Mesa da Assembleia a palavra ao público presente na sala, informando de que dispunham de um período máximo de cinco minutos para colocarem as questões que pretendessem. Não houve qualquer intervenção a registar. -----

#### **Período antes da Ordem do Dia:**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O Presidente da mesa informou que, de acordo com o art.º 52.º da Lei 75/2013, aquele período teria uma duração de sessenta minutos. Foi lido o expediente recebido nos serviços administrativos da Assembleia Municipal. Referiu que tinha sido comunicado à mesa que havia votos de louvor para serem apresentados, pelo que, passou a palavra aos grupos políticos. -----

### **Voto de Louvor – CLIP – (João Nuno Cardoso)**

Um vídeo produzido no hospital de Portalegre mostra uma cirurgia laparoscópica utilizando uma técnica considerada de topo e raramente utilizada em Portugal. O cariz inovador da intervenção, a correta execução da técnica e a sua eficácia permitiu a colocação deste vídeo na página *websearch.com*, referência mundial dos mais recentes avanços cirúrgicos, bem como o primeiro prémio na categoria de melhor vídeo, no congresso internacional de cirurgia, que decorreu recentemente no Porto.

O grupo municipal do CLIP, considerando a importância destas iniciativas que levam o nome de Portalegre e relevam a qualidade dos serviços de saúde aqui prestados, propõe a atribuição de um voto de louvor à equipa do Dr. Hugo Capote, que promoveu esta intervenção e à Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano pelo investimento, para que a mesma fosse possível.

Solicitando o uso da palavra, Cristóvão crespo disse que o grupo dos eleitos do PSD se associava ao voto de louvor proposto. -----

Usando da palavra, Amândio Valente disse que os eleitos da CDU se associavam àquele voto de louvor. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse ter ficado intimidado pelas duas intervenções anteriores e obviamente que o PS também se associava ao voto de louvor e iriam demonstrá-lo na votação, uma vez que era a melhor forma de o fazerem. -----

Hugo Capote saiu da sala naquele momento. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de louvor proposto pela CLIP. -----

### **Voto de Louvor – CLIP – (João Nuno Cardoso)**

“Cumpru-se no passado dia 27 de janeiro um ano sobre a data do acidente de um autocarro no IC 8, junto à Sertã, onde seguiam na sua maioria passageiros do nosso Concelho.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A partir desse dia e até final do mês foi criado um gabinete de crise e apoio à vítima, centrado e coordenado pela Câmara Municipal de Portalegre, com o apoio de 14 técnicos, a saber:

- 3 psicólogos bombeiros, 1 técnico de apoio, 1 técnico de comunicações, 2 técnicos de emergência pré-hospitalar, 1 psicólogo da ULSNA, 1 psicólogo da GNR, 1 militar do núcleo de investigação e apoio a vítimas específicas, 3 técnicas de serviço social da Segurança Social e uma 1 técnica de serviço social do Município.

Neste gabinete estiveram envolvidos o Município de Portalegre, o Comandante Distrital da Proteção Civil, a Polícia de Segurança Pública, a Guarda Nacional Republicana, a Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, o Centro Distrital de Segurança Social de Portalegre, os Bombeiros Voluntários de Portalegre e o Instituto Politécnico de Portalegre.

O grupo municipal do CLIP, considerando o trabalho de excelência que foi desenvolvido, numa altura de grande dor e consternação, propõe a atribuição de um voto de louvor público a todos os técnicos e instituições que estiveram envolvidas neste gabinete.”

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de louvor proposto pela CLIP.-----

### **Moção –PS – (Luís Testa)**

Aprovado, pelo Conselho de Ministros, o Regulamento que implementa o novo “Mapa Judiciário” que, na verdade, extingue Tribunais, como em Castelo de Vide, e transforma outros em meras secretarias, como em Avis e Nisa, importa apreciar o argumento que leva a tal desiderato.

Diz Sua Excelência, a Ministra da Justiça que o “forte” desta reforma é a especialização.

Pois bem, tal argumento poderia até ser válido, a benefício da justiça, da sua qualidade e da sua segurança.

De esperar, então, seria a implementação de instâncias especializadas na nova Comarca de Portalegre. O que não acontece.

No que diz respeito a uma possível instância de Comércio, benéfica ao dirimir de conflitos na área económica e que transmitisse segurança ao tecido produtivo e que servisse como fator de atratividade para a instalação de novas unidades. A resposta do Governo é elucidativa, o Distrito de Portalegre não conta.

No que diz respeito à criação de uma instância de Instrução Criminal, fundamental na defesa de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. A resposta do Governo é elucidativa, o Distrito de Portalegre não conta.

No que diz respeito à implementação de uma instância de Execução. A resposta do Governo é elucidativa, o Distrito de Portalegre não conta.

Pior, sem qualquer argumento que o justificasse, a par de Bragança e Guarda, Portalegre não vê nascer instância central especializada de Família e Menores,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

é que, como diz o próprio Ministério da Justiça, o volume processual expectável da nova Comarca de Portalegre atinge os 667 processos, ao passo que em Beja fica pelos 648, em Évora pelos 561, em Vila Real pelos 511, Castelo Branco fica com duas secções, uma em Castelo Branco com 446 e outra na Covilhã com 424, em Faro com situação idêntica à de Castelo Branco e Viana do Castelo fica pelos 545 processos. A resposta do Governo é elucidativa, o Distrito de Portalegre não conta.

Na verdade esta estória já vem de longe. Estando em Évora o Tribunal da Relação, foram criados em Beja e Castelo Branco Tribunais Administrativos e Fiscais.

A resposta do Governo é elucidativa, o Distrito de Portalegre não conta. E afinal, sendo o “forte” desta reforma a especialização, no Distrito de Portalegre não passa de um vulgar extinção de serviços às populações.

A política do governo é repudiável, os argumentos são falaciosos e a reforma do mapa judiciário é, pelo menos no Distrito de Portalegre um embuste, que a Assembleia Municipal de Portalegre condena e ao qual se opõe.

Solicitando o uso da palavra, Hugo Capote disse que a CDU também tinha uma Moção sobre o mesmo assunto, em que no final propunham algo à Assembleia que não iria contra o que o PS propôs. Contudo, perguntou se depois se faria o acerto entre as duas moções ou se seriam votadas separadamente?-----

O Presidente da mesa informou que se as duas dissessem a mesma coisa e se for possível fazer o acerto entre ambas, poderia ter mais força.-----

### **Moção – CDU – (Hugo Capote)**

O grupo parlamentar da AM de Portalegre da CDU vem por este meio colocar à votação desta Assembleia uma moção de protesto sobre o anunciado novo mapa judiciário, recentemente anunciado.

Desde logo porque encerra um tribunal no nosso distrito, o de Castelo de Vide, contribuindo, mais uma vez e noutra área fundamental do serviço público, para o isolamento e desertificação das populações do nosso distrito. Mas também, e constituindo prova ainda mais inequívoca da vontade acima descrita, porque não provê o tribunal de Portalegre da competência de Família e Menores, quando o volume expectável, segundo dados do próprio Ministério da Justiça, seria mais do que suficiente para justificar tal competência como o fez em tribunais com o mesmo volume e sofrendo da mesma interioridade, casos de Beja, Castelo Branco e Évora.

Relembramos que a pedra de toque desta anunciada reforma foi a da especialização e que, à luz de todos os critérios do próprio Ministério, se torna inaceitável esta decisão porque as questões de Menores e Família constituem uma área sensível na qual a especialização é por demais necessária e aconselhável, mas também porque, e voltando a socorrer-me de dados do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ministério, a comarca de Portalegre teria um volume processual expectável superior ao das comarcas de Évora, Beja e Vila Real, todas elas contempladas com a referida especialização, ou seja, com mais um juiz.

O que é será preciso fazer para que estas injustiças acabem de uma vez por todas no nosso Distrito?

Como tal, não aceitando este ultraje e recusando baixar os braços, propomos à Assembleia Municipal de Portalegre que aprove uma moção de protesto pelo já referido, que a mesma seja endereçada ao Sr. Presidente da República, Sra. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Sra. Ministra da Justiça, e ainda, aos deputados eleitos pelo Distrito de Portalegre, para que dela tomem conhecimento e façam o melhor uso.

Solicitando o uso da palavra, Luís Testa disse que não se opunha a que se encontrasse uma solução comum entre as duas moções, contudo havia ali aspetos que precisavam de ser sinalizados e que, sobre os quais, aquela Assembleia deveria ponderar. Seria mais fácil destrinçar o número de processos na área de família e menores, porque tinham componentes muito específicas, mas porque também eram criadas, noutras comarcas, instâncias de comércio, como em Castelo Branco, sem que estivesse provado cientificamente que era mais justificável no distrito de Castelo Branco do que no de Portalegre e tudo aquilo atribuindo um fator de vantagem concorrencial, na instalação de unidades económicas e comerciais em comarcas que tenham aquele tipo de serviço, relativamente a outras que não os têm. Do ponto de visto técnico-jurídico disse ser complexo, mas todos perceberiam que era muito diferente ter-se juízes e instâncias judiciais especializadas numa determinada matéria em concreto. Disse ainda que o que continuaria a existir naquela versão do mapa judiciário era que os juízes faziam divórcios de manhã e insolvências à tarde e, portanto, era um fator de desvantagem concorrencial, relativamente a outras comarcas e a outros distritos.-----

O Presidente da mesa disse que, no fundo, as duas moções versavam o mesmo assunto. A questão formal era se os grupos queriam fundir as duas ou votá-las separadamente.-----

No uso da palavra, Hugo Capote disse que o mais fácil seria votarem-se as duas e cada uma seguia o seu caminho.-----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara disse que se associava a qualquer uma delas, pois o objetivo era comum. Acrescentou que também tinha sido redigido um mail às entidades, o qual tinha a ver com o novo mapa judiciário e a forma como estava a ser feita aquela redistribuição.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, aprovar a proposta de moção do PS.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, aprovar a proposta de moção da CDU. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que, embora não fizesse parte do corpo de texto da moção do seu grupo, requereu que a mesma fosse enviada para todas as Assembleias Municipais do Distrito de Portalegre, para todos os grupos parlamentares com assento na Assembleia da República, para o Ministério da Justiça e secretarias de Estado correspondentes e para a Assembleia Intermunicipal. -----

### **Declaração de Voto – PSD (Cristóvão Crespo)**

Os eleitos do PSD na Assembleia Municipal de Portalegre votaram contra as moções do PS e da CDU porque consideram que as mesmas não fazem sentido, no contexto dos princípios da administração da justiça no Concelho e no Distrito de Portalegre. O princípio orientador da reforma para a reorganização judiciária foi a adoção dos distritos administrativos como base territorial, através da sua consagração na Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto.

Dado que as capitais de distrito são as centralidades sociais que melhor são identificadas, de forma clara e imediata, por parte das populações e dispõem de acessibilidades mais homogêneas no território, consideramos este princípio fundamental na defesa da Região.

Assim, dado que a reorganização judiciária valoriza o Distrito e o Concelho de Portalegre, votámos contra as moções apresentadas.

Novamente no uso da palavra, Hugo Capote disse que o grupo da CDU pretendia apresentar uma outra moção de protesto e uma outra proposta. -----

### **Moção – CDU – (Diogo Júlio)**

Considerando que os serviços de gestão dos resíduos urbanos foram desde 1976 a 1993 uma responsabilidade exclusiva da Administração Local do Estado, sendo a sua gestão controlada e assegurada pelas autarquias locais e pelos seus órgãos democraticamente eleitos, estes serviços inseriam-se, inserem-se e devem continuar a inserir-se num movimento geral de democratização da sociedade portuguesa e no reconhecimento de que o envolvimento dos cidadãos, nas questões que lhes dizem respeito, contribui para o enriquecimento da democracia.

A adesão dos Municípios ao sistema multimunicipal tinha como pressuposto a manutenção da natureza pública dos bens. A alienação das participações públicas do Estado na sociedade, com a venda da EGF a privados, abre a concessão multimunicipal à participação maioritária de entidades privadas, subvertendo as condições que levaram os Municípios a aceitar integrarem os serviços multimunicipais.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No que ao nosso Concelho e região diz respeito, esta decisão, que levará por arrasto a Valnor, a concretizar-se, é ainda mais gravoso. A Valnor é uma das empresas exemplo, quer nos fins para que foi criada, quer no modelo de gestão, no que se refere à defesa do meio-ambiente.

Por isso, a Assembleia Municipal de Portalegre, reunida a 26 de fevereiro de 2014, delibera:

- 1 – Rejeitar o processo de privatização da EGF e, por conseguinte, da Valnor;
- 2 – Exortar o Município a adotar todas as medidas para preservar, no domínio público, a competência do tratamento de resíduos sólidos urbanos.

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse parecer-lhe que o PSD não concordava com o conteúdo da moção que os eleitos da CDU apresentaram. Não questionavam a qualidade do serviço que a Valnor tem prestado, nem poderia ser colocado em causa a participação dos Municípios na empresa e, portanto, teria de ser acautelada a situação. Quanto ao facto dos resíduos sólidos urbanos serem tratados por uma entidade municipal, ou na esfera do estado, ou privados, disse não lhes causar qualquer problema e, por tal, não poderiam acompanhar os pressupostos daquela moção. -----

No uso da palavra, Jorge Isidro disse não acompanhar aquela proposta de moção, pela simples razão de que defendia a exploração por privados. -----

No uso da palavra, Hugo Capote quis agradecer as duas intervenções anteriores pelo que tiveram de esclarecedor. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse haver ali um equívoco tremendo relativamente à apreciação daquela moção. O PS não concebia que houvesse a possibilidade de os serviços que eram prestados às populações, sendo serviços essenciais, pudessem sair da esfera do Estado, pois a essência do mesmo era de prestar serviços às populações. No dia em que o Estado for tão mínimo como alguns querem, então o Estado deixará de servir para coisa alguma. Alguns dirão que aquela era uma perspetiva ideológica e ideologicamente aceitável, no entanto era a sua perspetiva e, como naquelas coisas, não fazia mal saber um bocado da história, relativamente àquelas matérias, referiu que a história recente contava que nos locais onde nomeadamente o tratamento dos resíduos sólidos urbanos foi entregue a privados, tinham passado a acontecer enormidades inaceitáveis, como por exemplo: brigas de monopólios em Nápoles e na cintura periférica de Londres, sendo as empresas que tratam os lixos das grandes cidades do Reino Unido as mais rentáveis daquele país. Todos sabiam ao que iam os privados que acediam àquele mercado. Ali não estava em causa saber se seria por privados ou por públicos, mas sim saber se era melhor feito por privados ou por públicos. Aquilo que a história tem demonstrado era que, sistematicamente,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

todos aqueles que entregaram os serviços essenciais aos privados, passaram a prestar piores serviços. -----

No uso da palavra, Hugo Capote referiu que, evidentemente, havia ali uma clivagem ideológica e, ainda bem que quem tinha intervindo disse o que disse, porque era por isso que ali estavam, visto que nem todos pensavam da mesma maneira. Achou que seria interessante, para quem iria votar a moção, terem em atenção algumas coisas: uma delas era que a Valnor era uma empresa de capitais totalmente públicos e que tinha dado lucro aos 25 Municípios que faziam parte do seu capital social. Ninguém garante que os Municípios possam ter alguma parcela da rentabilidade daquela empresa, quando passar para as mãos dos privados. Assim como o facto de estar na esfera pública tem permitido que o preço da tarifa se mantivesse idêntico ao longo dos anos; por outro lado, quando estiver na esfera do privado, conforme aconteceu com a Portugal Telecom, com a EDP, com as gasolineiras, ao contrário daquilo que foi dito inicialmente que iria funcionar a favor do consumidor, veio a verificar-se o inverso. O que ali se pretendia era evitar que os munícipes venham a sofrer na pele o que aconteceu em todos os outros locais, ou seja, o serviço veio a revelar-se bem mais caro a quem usufrui do mesmo. -----

Novamente no uso da palavra, Cristóvão Crespo referiu que, em termos de exemplos, consegue-se sempre encontrar os bons e os maus exemplos para servirem de argumento. Não havia regras sem exceções. Relativamente ao custo, disse que o que tinha sido praticado não tinha sido assim tão atrativo e, portanto, em termos dos cidadãos, se forem questionados quanto ao mesmo, parecia-lhe que o resultado não seria satisfatório. Quanto ao futuro, a situação será idêntica, porque se acontecer um valor semelhante ao que tem sido praticado até aos tempos atuais, parecia-lhe que as condições para gerar lucro serão iguais e, aí, as Câmaras estarão nas mesmas circunstâncias em que estão os outros operadores. -----

No uso da palavra, João Cardoso apontou que, no grupo do CLIP, não existia nenhum tipo de questão ideológica que os fizesse pensar em grupo, de uma forma ou de outra. Pessoalmente, parecia-lhe que tão bem poderia funcionar uma empresa enquanto privada, como enquanto pública e não tinha os dados todos que o fizessem pender para um dos lados. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 14 votos a favor, 11 abstenções e 3 votos contra, em 28 presenças, aprovar a moção da CDU. -----

Solicitando o uso da palavra, Hugo Capote, em nome da CDU, disse terem ainda uma proposta a apresentar à mesa, que dizia o seguinte: -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Portalegre vêm propor a V. Ex. que coloque à votação, a criação de uma Comissão da Assembleia Municipal, constituída pelo próprio Presidente, por um elemento da mesa da Assembleia e por um elemento de cada grupo parlamentar com assento na assembleia, para acompanhamento da Fundação Robinson.

A nossa proposta fundamenta-se nas recentes movimentações e nomeações nos órgãos da Fundação, não tendo sido dada oportunidade a ninguém da oposição de ter assento nesses mesmos órgãos, ao contrário de mandatos anteriores. Mais ainda, porque as contas da Fundação Robinson de 2013 ainda não são conhecidas e, é de todo o direito desta Assembleia, ainda mais no contexto económico que atravessamos, conhecer as contas de uma entidade que movimenta milhões de euros, e que deixou de ter a representatividade democrática nos seus órgãos de gestão que em anos anteriores teve e que asseguravam um controlo das suas contas e gestão.

Esta Assembleia aprovou um orçamento que previa verbas de funcionamento e de investimento para a referida Fundação. Não é correto, senão mesmo uma obrigação, dentro das competências desta assembleia, saber onde e como foi gasto esse dinheiro?

Quem nada deve, também nada deve temer...

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 16 votos a favor, em 28 presenças, aprovar a proposta da CDU.--

### **Declaração de voto** – PS – (Luís Testa)

Antes de mais, registar a mudança de paradigma da bancada da CDU, porque não saberão muitos dos que aqui estão que, no anterior mandato, foi proposta a criação de uma Comissão deste género. Foi apreciada favoravelmente a sua criação pela Assembleia Municipal, foi constituída a Comissão e o seu funcionamento foi obstaculizado precisamente por aqueles que hoje propõem a criação desta Comissão. Eu registo com satisfação esta alteração de posicionamento, parafraseando o Dr. Almeida Santos: “Só os burros é que não mudam.”

### **Declaração de voto** – CDU – (Diogo Júlio)

Votei favoravelmente, mas continuo a pensar, como antes, que esta casa deveria preocupar-se em fiscalizar a Câmara Municipal e, através dela, todos os órgãos e todas as empresas, em que ela tem uma palavra a dizer.

Solicitando o uso da palavra, Raúl Cordeiro disse que todos os membros do grupo do Partido Socialista subscreviam a declaração de voto do membro Luís Testa.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O Presidente da mesa, não havendo mais intervenções, disse que iriam passar à ordem do dia e informou os presentes de que existia uma questão urgente, resultante da reunião do executivo do passado dia 24, aprovada por unanimidade, sobre a proposta de novos membros para a Comissão Municipal de Educação. Mais disse que a razão daquela urgência tinha a ver com razões que se prendiam com o facto de ser o Conselho de Educação que estava em causa, de estarem já no 2.º período letivo e também pelo facto de haver decisões que, normalmente, até afetavam a preparação do ano seguinte. Solicitou que se pronunciassem sobre a inclusão daquele ponto na ordem de trabalhos, para o qual teria de haver votação. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 28 presenças, aprovar a inclusão do assunto referente à constituição do Conselho Municipal de Educação, o qual seria remetido para último, sem alterar a ordem. -----

O Presidente da mesa, antes de dar início à ordem do dia, informou ainda que os pontos 8 e 9 tinham sido propostas do PS, embora no agendamento da ordem não estivesse referido, como deveria. -----

### **ORDEM DO DIA:**

#### **1 – Informação da Senhora Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação;**

Presentes os relatórios do executivo camarário respeitante à atividade municipal, bem como os quadros demonstrativos da situação financeira da Câmara Municipal de Portalegre e dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da mesma. -----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara, relativamente aos documentos que lhe foram pedidos na última Assembleia, acerca do BPI, disse que não os tinha recebido por escrito. Quanto aos que os Vereadores lhe tinham pedido, na antepenúltima reunião, entregou-os na altura. Contudo, não sabia se eram aqueles os documentos que a Assembleia queria, porque o processo era grande e vinha detrás, portanto não tinha nada por escrito. Referiu que faria chegar à Assembleia os mesmos documentos entregues aos Vereadores. -----

Usando da palavra, Luís Testa disse presumir que um requerimento feito oralmente e ditado para a ata, como tinha sido feito na última Assembleia, se escusasse a qualquer género de documento por escrito. No entanto, lembrou ter requerido à Presidente que fosse disponibilizado o parecer do dr. José



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Manuel Gomes sobre aquela matéria. Decorreram algumas semanas e, até à data, não tinha sido cumprido aquilo que foi requerido e, portanto, não percebia qual a dificuldade de disponibilizar o dito parecer, que a Presidente disse existir e, ao qual, gostariam de ter acesso. -----

A Presidente da Câmara pensou que fosse mais algum documento além do parecer. Acrescentou que faria chegar, rapidamente, o documento em causa. --

No uso da palavra, Luís Testa disse que naquela questão, levantada na última sessão, caía no âmbito das competências objetivas e materiais desta Assembleia Municipal, no que concerne à fiscalização do poder executivo, cada vez iam tendo conhecimento de mais elementos. Relembrou terem havido elementos que foram distribuídos aos Vereadores do PS, tendo sido feito um esforço para ver atas e tentar perceber o imbróglio jurídico em que a Câmara Municipal de Portalegre se envolveu, talvez por descuido ou por inabilidade mas, o que era certo era que aquela Assembleia precisava de conhecer a fundo o que se passava, relativamente àquela matéria. Mais disse pretender partilhar com os presentes o repúdio total pela forma como a administração de um banco se dirigiu a cidadãos eleitos pelo povo de Portalegre, bem como a forma insultuosa como os eleitos locais foram referidos, atemorizados na missiva que foi enviada como resposta a uma solicitação da Câmara Municipal. Não compreendia a linguagem utilizada. Referiu não ter participado de tais conversas nem discussões e, portanto, não sabia o que é que deu azo àquela linguagem, mas o facto é que tal linguagem era, no mínimo, deselegante. Na última sessão lembrou ter perguntado à Presidente da Câmara em que é que tinha baseado a posição da Câmara, para ter inscrito no orçamento para 2014 uma verba que a própria Presidente informou ser uma dívida, embora não reconhecida, e, naquele sentido, o PS verificou muita documentação. Pretendeu esclarecer novamente o que é que sustentava a opção da Presidente de ter incluído o referido montante na orçamentação, além do parecer do dr. José Manuel Gomes. -----

A Presidente da Câmara informou que, para serem mais precisos e para não incorrer em alguma imprecisão, para não dar origem a leituras enviesadas, solicitou à mesa que lhe fossem dadas condições para poder responder às questões, uma vez que não tinha os respetivos documentos na sua posse. Os documentos já tinham algum tempo, leu-os na altura e adiantou que o banco tinha respondido a algo que foi escrito e que, inclusive, a redação tinha sido feita no executivo camarário, enviado depois, em resposta ao ofício que foi enviado para o banco. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa disse que, uma vez mais, a Presidente tinha perdido a oportunidade política de munir aquela Assembleia dos documentos necessários. Aquele assunto já tinha tanto tempo que, na documentação que investigaram e que consta dos arquivos do Município,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

constataram que no dia 23 de novembro de 2012 a Presidente já estava na autarquia e, naquele mesmo dia, uma reputada sociedade de advogados de nome B.A.S., com sede em Lisboa, dirigiu-se ao Município de Portalegre, solicitados pelo próprio Município e teceram um conjunto alargado de situações, 99% delas irrelevantes. Tal parecer da dita sociedade apontava para a irregularidade do pagamento e do contrato de factoring que, eventualmente, tinha sido feito pelo Município, pela entidade bancária que se dirigiu ao Município de forma inadmissível e pelo empreiteiro da obra. Sobre aquela questão em concreto, o parecer da B.A.S., no seu último parágrafo, dizia que de forma alguma o Presidente de Câmara tinha competências para assumir os compromissos que assumiu. Disse à Presidente da Câmara que, perante a discussão ocorrida na última reunião daquela Assembleia, sobre se era devida ou não era devida a questão do pagamento ao empreiteiro, proveniente de um contrato de factoring, e, afinal de contas, tal discussão veio a ser irrelevante para o efeito. Porque o que estava mesmo em questão era saber se os detentores do poder executivo, nomeadamente o Presidente de Câmara, detinha poderes e competência para proceder a um pagamento, sem ter obtido aprovação prévia do órgão Câmara Municipal e Assembleia Municipal? Mais referiu que, na reunião transata, a Presidente da Câmara ao ser questionada pela Assembleia, relativamente a quais eram os documentos que fundamentavam aquela opção gestonária do Município, a Presidente justificou-se, única e exclusivamente, com um parecer do jurista José Gomes, que nenhum dos que ali estavam teve ainda acesso. Mais disse não ter percebido porque razão a Presidente da Câmara se esqueceu de mencionar o parecer solicitado, por ela própria, à B.A.S.? Daquele modo, não compreendia porque é que aquela Assembleia Municipal ainda não estava na posse de todos os documentos, ao apreciar-se uma opção daquele calibre? Por último, entendia que estavam construídas demasiadas nebulosas relativamente àquela questão e a Presidente da Câmara tinha acabado de “matar”, politicamente, o assunto, porque a partir do momento em que a Presidente omitia informação à Assembleia Municipal, o assunto deixava de ser saber se a Câmara devia ou não, se o Presidente do mandato anterior poderia, ou não, ter efetuado o pagamento, mas sim porque é que a Assembleia Municipal não foi informada, em primeiro lugar, com documentos de suporte de todas as opções do poder executivo? Mesmo que assim não fosse, questionou porque é que a Presidente não informou, oralmente, sobre todas as questões que consubstanciavam tal assunto? Concluiu dizendo que a Presidente da Câmara dava muita relevância a assuntos que não tinham importância nenhuma, mas relativamente a assuntos que eram primordiais na gestão do Município e que eram da exclusiva competência da Assembleia Municipal, a Presidente não dava importância, absolutamente, nenhuma. Disse ainda que a Presidente da Câmara tinha um compromisso com aquela casa e com o seu mandato, contudo, aquilo que de alguma forma o transcendia era se, do ponto de vista do efeito da gestão prática, aquele tipo de comportamento seria o melhor comportamento que se coadunasse com a história do Município de Portalegre? Porque não se veria



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

nos próximos meses, nem nas próximas eleições, se a Presidente tinha sido, ou não, uma boa Presidente da Câmara. Na sua opinião, a Presidente só saberia se foi ou não uma boa Presidente se os seus netos lhe dissessem que esteve à altura dos seus tempos. -----

A Presidente da Câmara disse, uma vez mais, que o processo estava na Câmara e tanto os Vereadores como qualquer membro da Assembleia poderia consultá-lo a qualquer momento. -----

Solicitando o uso da palavra, Rui Simplício quis agradecer a disponibilidade da Presidente, mas solicitou que os mesmos lhe fossem enviados, dada a sua dificuldade de podê-los consultar pessoalmente. -----

A Presidente disse não saber se conseguiria enviar todos, mas os que lhe fossem pedidos iria digitalizar e fazer chegar, assim como fez com os Vereadores. Relembrou o facto de ter sido a própria a solicitar o parecer à sociedade em causa, para tentar perceber a forma de solucionar a questão. Portanto, disse ter a consciência tranquila, naquela matéria.-----

No uso da palavra, Hugo Capote disse saber, de antemão, que todos tinham acesso ao processo e pelo que tinha percebido da intervenção do Luís Testa foi que a única justificação que tinha servido para orçamentar a tal verba que era devida e que não era dívida, foi um tal parecer jurídico, que ainda não tinha aparecido, nem esteve sequer disponível. -----

A Presidente interrompeu, para informar que o referido parecer também estava disponível. Existiu, na altura, um parecer técnico dos serviços de urbanismo, dizendo que a obra foi feita e, portanto, que aquele valor era devido. Posteriormente, existiu um parecer jurídico a dizer que, efetivamente, era devido o valor da respetiva obra. Salientou que o assunto não era do seu tempo e que quando ali tivessem os documentos presentes poderiam analisá-los. -----

Voltando ao uso da palavra, Hugo Capote, pelo que foi explicado anteriormente, disse não perceber uma coisa: se havia um parecer técnico dos serviços da Câmara dizendo que era devido e se o parecer jurídico dizia que estava tudo legal e que se deveria pagar, então porque é que a Presidente da Câmara pediu outro parecer, à posteriori? Na sua opinião, o outro parecer da B.A.S. que, curiosamente, não deixou a Presidente muito tranquila, porque se assim fosse, teria orçamentado a verba ainda no final de 2013, coisa que não fez. -----

A Presidente respondeu que como o assunto não foi do seu tempo, nem estava por dentro do processo e das peças todas, era perfeitamente normal ter pedido um parecer jurídico, para ficar esclarecida e resolver as coisas corretamente.- -



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Hugo Capote questionou se agora iriam pagar com base no anterior parecer? -----

A Presidente da Câmara disse que, pelo que sabia, nunca tinha sido ali deliberado para que o executivo camarário pagasse. -----

No uso da palavra, Luís Testa chamou a atenção da Presidente da Câmara, dizendo que as coisas “eram do tempo” de todos, porque politicamente não havia ali divisões. Acrescentou que no dia em que alguém do PS se sentasse na cadeira onde a Presidente estava sentada, as coisas não seriam do tempo dos outros, mas seriam do tempo de Portalegre. Explicou que o que tinha acontecido foi que existiu uma verba reclamada por uma tal firma José Coutinho à Câmara Municipal de Portalegre; a Câmara, por seu lado, nunca aprovou pagar a verba reclamada. Perante a insistência da firma, houve um Presidente de Câmara que disse: bem eu não vos consigo pagar, mas vão ter com o BPI e façam um factoring, que nós depois arranjaremos forma de assumir o custeio. Portanto, naquela base, a Presidente pediu outro parecer, o qual dizia o seguinte: “Todos os atos que são feitos por incompetentes são nulos.”. Perante tal, a Presidente da Câmara tinha de se salvar de uma coisa, que era já do seu tempo, uma vez que a Câmara Municipal tinha outras contas, outros empréstimos e outras dívidas ao BPI, o qual não se relacionava de forma educada com o Município de Portalegre. Posto aquilo, requereu que o BPI ali fosse responder, ao Município de Portalegre, se já teria utilizado alguma verba das contas do Município para proceder a pagamentos relativos àquele contrato? Por último, solicitou à Presidente que demonstrasse à Assembleia Municipal quanto custou o referido parecer e a forma como foi pago? -----

No uso da palavra, Hugo Capote referiu que dos assuntos discutidos na praça pública, aquele levantava-lhe sérias dúvidas, até pela ligeireza com que foi tratado e com a aprovação de todos os elementos do CLIP. Perante a notória falta de dados e todas as nebulosas que se geraram, propôs que se realizasse uma Assembleia extraordinária para se discutir aquela questão e para que fossem apresentados, atempadamente, a todos os elementos da Assembleia Municipal, os pareceres jurídicos e técnicos respetivos. Mais disse que a Assembleia era uma casa transparente que deve fiscalizar a ação do executivo camarário, não só a ação de 2006 a 2009, mas sim a daquele executivo que inscreveu a dívida em causa no último orçamento. Coloquem-se as coisas em cima da mesa e depois se veria, porque a CDU sabia do que estava a falar e esperava que os outros também soubessem. Mais uma vez disse que: “Quem nada deve, nada teme!”. -----

O Presidente da mesa registou a proposta apresentada pela CDU e informou que, posteriormente, em reunião de representantes estudariam a questão. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Solicitando o uso da palavra, Raúl Cordeiro colocou uma interpelação à mesa, após terem reparado que o tempo de intervenção do seu grupo já se tinha esgotado. Havendo uma parte substancial da informação da atividade municipal que ainda não tinha sido discutida, requereu à mesa que lhes fosse concedida alguma tolerância de tempo. -----

O Presidente da mesa, informou que, ultrapassado o tempo, a tolerância teria de ser reduzida. -----

No uso da palavra, Luís Testa pediu à mesa que lhe fosse permitido colocar uma segunda questão, a respeito da fábrica do bagaço. -----

O Presidente da mesa, referiu que, quanto ao tempo utilizado, o período antes da ordem do dia ainda não estava esgotado. Portanto, concedeu a palavra ao PS. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa agradeceu a tolerância da mesa e disse que o seu grupo tinha informação acerca de uma carta, datada de 12.1.2012, dirigida à Presidente da Câmara, pela CCDR Alentejo e relativa à questão da fábrica do bagaço. Acrescentou que, a determinado trecho, a mesma dizia o seguinte: "...Não obstante o seguimento do PIER, em curso, que terá os devidos efeitos de ponderação, no âmbito do eventual processo contraordenacional, é assim fundamental solicitar que seja indicada a data de atas das citadas intervenções. Solicita-se ainda informação sobre se houve procedimentos despoletados pela Câmara Municipal, no âmbito do regimento respetivo, designadamente de adoção de medidas de tutela de legalidade urbanística, para as intervenções executadas sem a necessária licença." A CCDR questionou o Município, em 2012, se houve procedimentos e, entretanto, por aquilo que lhes era dado a conhecer, nem sequer houve resposta à CCDR e, pior do que aquilo, não foram adotadas as medidas convenientes e que a própria CCDR, das duas uma, ou suspeitava legitimamente que tais medidas já deveriam ter sido tomadas, ou, por outro lado, não tendo sido tomadas, quando seriam tomadas. Disse ainda ter de louvar e apreciar a competência dos funcionários da Câmara, porque todo o documento estava cheio de despachos manuscritos e todos eles apontavam no sentido das conclusões da CCDR, que diziam, pela palavra do eng.º civil Joaquim Ferreira o seguinte: "Não tenho conhecimento sobre o ponto 1 e 2. Propõe-se que seja analisado pelos serviços de informação geográfica que se chegue a alguma conclusão de eventuais atropelamentos nos diferentes ângulos." Relativamente ao ponto 2, dizia: "Deve solicitar ao gabinete de apoio jurídico, no sentido de fiscalização municipal e elaboração de auto de notícia do assunto, à data." Perante tal, gostaria de saber porque é que o despacho do eng.º Ferreira, diretor de departamento da Câmara, não tinha sido cumprido e quais as justificações que o poder político tinha para o seu incumprimento. Na sua opinião só haveria uma forma para que um despacho de um diretor de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

departamento não ser cumprido: haver veto de gaveta do poder executivo ou então ordem contrária do poder político. Portanto, uma vez mais, solicitava os devidos esclarecimentos por parte da Presidente da Câmara.-----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse que estavam ali a falar de situações do passado, que, na sua opinião, não deveriam ser escamoteadas, mas sim esquecidas. Preocupava-se com o futuro, embora o passado também tivesse implicações no futuro e algumas das atuais situações também pudessem vir a pesar no futuro. Após análise que fez sobre a intervenção da Presidente da Câmara, via com alguma preocupação a degradação que se vinha verificando, relativamente à situação pré-existente, ao início do mandato. Enquanto que elencadas uma série de situações em curso, em relação a aspetos fundamentais da vida do Concelho, que marcavam o Concelho, tinha havido degradação, fosse em termos ambientais, em termos financeiros, pois estavam convencidos que estavam numa determinada rota financeira e, afinal, não estavam e até estavam a ser sancionados e a agravar os problemas, ficando mais constrangidos por força da situação financeira. Relativamente à situação patrimonial no Concelho, de facto até podiam invocar um tempo adverso, um tempo complicado, mas o que era facto era que, normalmente, naquelas situações poderiam aquela degradação patrimonial, em sentido lato da cidade, do que acontece pela cidade, poderiam ter uma justificação, em relação a alguns dos acontecimentos mais recentes, o que poderia ter sido recompensado por alguma recuperação, ou melhor, no saldo do deve e haver, poderia existir alguma recuperação, mas tal não se verificou. Disse inclusive, terem tido todas as situações que vieram do passado, agravadas com as que surgiram depois e o mais caricato era a questão da mobilidade, pois tinham na cidade uma situação constrangedora, para quem se movia no dia-a-dia na mesma. A seu ver, havia ali um erro da parte do CLIP e do executivo ao tentarem tornar os partidos políticos nos “maus da fita”, mas depois na prática concreta, não conseguia encontrar muita distinção entre aquilo que era a prática de um partido político, nos aspetos positivos e nos aspetos negativos, e a prática que tem sido tomada, naquele caso em concreto, no Executivo de Portalegre, porque se verificarem algumas das decisões e, se calhar bem, porque emergiam da confiança que se tinha, ou não, em relação às pessoas e em relação aos autores e a quem se queria envolver. Portanto, não valia a pena apontarem o dedo uns aos outros, fosse a que nível fosse, sem primeiro fazerem uma análise da prática política e da prática de vida. Via com alguma preocupação, porque, de facto, as situações no balanço do deve e do haver, via o acumular de aspetos negativos e para melhorar o saldo, em termos de positivo, disse ver pouco ou nada. -----

O Presidente da mesa disse que ainda se acreditava nos sinais, embora que ténues. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, a Presidente da Câmara disse nunca ter mentido sobre a situação da Câmara. Relembrou que, desde 2009, os cortes que tinham sido feitos pelo Governo foram um absurdo. Acrescentou que a Câmara já tinha cumprido o limite de endividamento e só tinha deixado de o fazer quando as regras do jogo se alteraram a meio. Além de que, com a entrada em vigor da lei das finanças locais, todos os municípios, sem exceções, entraram em asfixia. Portanto, aquelas não tinham sido medidas tomadas pela Câmara de Portalegre, mas sim pelo Governo e, atualmente, o limite de endividamento era baseado num cálculo completamente diferente, o que fazia com que se entrasse em incumprimento, repentinamente. Inclusive, aquelas Câmaras que tinham algum desafogo também estavam com dificuldades em cumprir a lei das finanças locais e dos compromissos, as quais faziam um garrote sobre todas as Câmaras do País. -----

No uso da palavra, Raúl Cordeiro disse nunca ter concebido que a atividade da Câmara servisse de instrumento de propaganda política contra a oposição. Relevou que raras vezes pensou estar ali de acordo com o PSD, no entanto também estava contra aquela “diabolização” dos partidos políticos, uma vez que grande parte do preâmbulo da atividade camarária era dedicada a combater aquilo que teria sido a atitude da oposição e tentando dar a entender que a oposição iria sempre atrás nas propostas, quando afinal o registo histórico revelava o contrário. Acrescentou que o que estava escrito nas atas da Assembleia era que tinha sido o PS a propor a adoção do princípio do orçamento participativo, bem como noutros registos. Relativamente a coisas que estavam escritas no relatório, enfermavam dos mesmos defeitos mas não tinham as mesmas qualidades. Deveriam compensar de outra forma, pois parecia que nas coisas más tinham os defeitos dos partidos, mas depois não tinham as coisas boas. A verdade era que o problema não eram os partidos, mas sim as pessoas e até podiam mudar tais pessoas de sítio, contudo os comportamentos das pessoas é que comandavam a atitude do homem. Mais disse que certas descrições do referido relatório eram irrelevantes, bem como alguns projetos que não tinham evolução, nem precisavam de lá estar. Confessou estar preocupado com as linhas estratégicas para o futuro do Concelho e do Distrito de Portalegre e, perante tal, disse à Presidente da Câmara, na figura de titular do CLIP e do movimento de cidadãos, esperar que tais linhas estratégicas fossem participadas e discutidas, com o contributo de todos e que não aparecesse o documento àquela Assembleia somente para votação. Disse ainda que o documento em si deveria ter alguma transparência e algum sentido prático porque se assim não for, estavam ali a esforçar-se para fazer valer os vários pontos de vista, que depois esbarravam naquela intransigência de ouvir os outros. -----

No uso da palavra, Jorge Isidro, na qualidade de membro da Assembleia e relativamente à informação da presidente da Câmara disse o Concelho encontrava-se na situação que todos conheciam porque, nas últimas décadas, não se teve um executivo que apostasse verdadeiramente no desenvolvimento



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

económico e que, quando o procuraram fazer, o fizeram de forma errada. Disse verificar, na informação municipal, intenção em apostar no desenvolvimento quando referiu os tópicos: Modernização administrativa, desburocratização e simplificação de processos; Investimento e elaboração de documento com as linhas estratégicas para o futuro do Concelho e Distrito de Portalegre. Esperava, pois, que com as medidas apontadas fosse possível inverter a situação atual. Contudo, ficava preocupado ao verificar o enorme número de lotes para reversão, na zona industrial de Portalegre, porque considerava que a maioria dos empresários teria verdadeira intenção em construir, só não o fazendo por culpa de outros, raras exceções. Afirmou que aquele executivo tinha vontade de resolver os problemas e considerava positivo que procurassem resolver aquele problema, desde que fosse na base do diálogo, conjuntamente com os empresários, de forma a conseguir-se uma solução que satisfizesse ambas as partes. Entendia que não se deveria falar mal do passado, mas devia-se refletir sobre o que aconteceu de errado e procurar retificar os erros. Tinham a obrigação de se interrogarem do porquê de, na fase inicial, ter existido um enorme interesse por parte dos empresários em investir na zona industrial e de, atualmente, serem confrontados com tão pouca construção? Na sua opinião, o motivo para que tantos empresários tenham desistido de investir teve a ver com vários fatores. Referiu a existência do regulamento inicial da Câmara, em que todos os empresários tiveram conhecimento das regras e tiveram consciência que, caso não cumprissem as regras, estariam sujeitos à reversão dos lotes adquiridos. No entanto, após a aquisição dos lotes, os proprietários foram confrontados com um conjunto de situações que desconheciam e para as quais não foram devidamente alertados. Deu o exemplo da valorização artificial dos lotes de terreno, a qual originou o pagamento elevadíssimo de IMI. Apontou, inclusive, os elevados valores pagos pelas licenças de construção e perguntou porque é que no projeto programa a fórmula que deu origem ao valor a pagar dividia por 1000 e depois foi publicada em diário da República a dividir por 100? Mais disse que, lamentavelmente, tinha encerrado uma grande indústria naquela zona; também se gastou dinheiro na terraplanagem para outra infraestrutura, a qual acabou por não se instalar; encerraram outras no Concelho e não houve qualquer iniciativa no sentido de inverter a situação, aliás, nem ficaram terminadas as infraestruturas da zona industrial. Foram, portanto, criadas enormes expectativas aos empresários, aquando da negociação e foram defraudadas. Acrescentou que a única medida tomada foi a alteração do regulamento da zona industrial (ata n.º 9, da Câmara, de 14 de abril de 2008, publicada em diário da República II série, n.º 46, de 6 de março de 2009, Aviso n.º 5021/2009), que passou a oferecer os lotes de terreno a um preço reduzido, uma vez que de início era a 5,00€ o m<sup>2</sup>, com redução de 4% por cada posto de trabalho criado, até ao limite de 20 pessoas e, com a alteração passou para 1,50€ o m<sup>2</sup>, até 10 postos de trabalho e 0,01 o m<sup>2</sup>, para mais de 10 postos. Com a referida medida legal, mas imoral, contribuiu-se para promover a concorrência desleal entre empresários pois, em lotes contíguos e iguais,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

existiram enormes diferenças de preço. Tal facto não era aceitável para uma autarquia, muito menos pelos motivos porque aconteceu. Referiu ainda que na proposta para alterar o regulamento, na sua alínea c), dizia o seguinte: “Prosseguir a política municipal de fomento de investimento industrial no Concelho, pela via da diminuição dos custos iniciais do investidor.”; Posto aquilo, entendia que o que tinha levado à redução do preço não foi a preocupação com os custos iniciais do investidor, mas sim o facto de os projetos para a construção da Zona Industrial terem sido financiados e a entidade competente para a distribuição e fiscalização dos fundos ter alertado a Câmara para o facto de ter havido lucro na venda dos lotes, com conseqüente devolução de verbas, por parte da mesma. Tinha sido aquele o motivo que levou à tomada de decisão de se reduzir o preço dos lotes. Disse ainda que os empresários nunca se queixaram do preço da venda dos lotes, reclamaram sim os valores elevados a pagar, referentes ao IMI e às licenças de construção, conforme ficou comprovado em reunião com o executivo, em 17 de julho de 2008. Concluiu dizendo que estava demonstrado que o processo referente à zona industrial não foi conduzido da melhor forma e solicitou a maior atenção para a resolução do problema, porque os empresários necessitavam de ter a autarquia do seu lado para, em conjunto, se poder investir e criar riqueza para a região, de forma a ultrapassarem as dificuldades com que se deparavam. Tais medidas seriam para o bem de todos, porque também todos teriam interesse na criação de postos de trabalho e conseqüente desenvolvimento do Concelho. -----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo, relativamente à resposta da Presidente da Câmara, anotou que grande parte da questão do endividamento era de 2009 e 2010 e, portanto, a base da legislação seria daquele período. Por estranho que lhe parecesse, a Assembleia não se tinha ali pronunciado acerca da escola de formação da GNR, havendo motivos para tal, mais não fosse porque, atualmente, se deveria estar a trabalhar para ser levantado o muro do quartel. Preocupavam-se muito quando eram confrontados com situações que não eram antecipadas e às quais não acorriam antecipadamente. Na sua ótica, em relação à questão do centro de formação da GNR, existia a consciência de se ter ganho espaço e tempo, mas era preciso aproveitá-lo. Sabia-se das dificuldades de financiamento mas, entretanto, continuavam a fazer-se investimentos nalgumas áreas e, portanto, tinham de se fazer opções. Acrescentou que era necessário avaliarem as escolhas tomadas, em detrimento de outras, pois preocupava-o a situação do centro de formação. -----

No uso da palavra, Hugo Capote, relativamente a uma parte do preâmbulo da informação da Presidente de Câmara, no qual dizia estarem a “...ultimar as linhas estratégicas para o futuro do Concelho e do Distrito de Portalegre.”, considerou que era um nome um bocado pomposo para se dizer no parágrafo de um preâmbulo, quando já nem era um documento virgem, porque já tinha sido discutido e aprovado por todos os partidos com assento na Assembleia



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Municipal da altura, que o fizeram chegar, pessoalmente, ao Presidente da República e da Assembleia da República. Portanto, o documento foi revisitado por todos e continuava atual e, daquele modo, o CLIP não precisaria de inventar muito, podendo imitar o que foi feito na altura, que foi participar. Questionou a Presidente da Câmara relativamente ao programa eleitoral, submetido a eleições, no qual a primeira medida era: diminuição das taxas de estacionamento a pagar; no entanto, ao ler aquele preâmbulo, chegou à conclusão que a primeira medida a tomar seria para 2015. Solicitou explicação à Presidente porque é que tinha ali respondido que escusavam de propor uma renegociação porque já a estavam a fazer. A segunda pergunta era sobre há quantos anos estava fechada a Rua do Carmo. A Presidente já tinha ganho o título de Presidente dos buracos e das ruas cortadas, pois cada vez que caía um prédio na cidade, ou que estivesse em risco de cair cortava-se a rua e o problema é que nunca mais se abria. Assim como a derrocada do muro do quartel, que desviou o trânsito para o Rossio; também na Rua do Comércio, onde o mini-bus Gulliver deixou de poder passar. Perante tais factos, questionou se a Presidente tinha andado pela cidade ultimamente. Se já tinha ido à Av.<sup>a</sup> de St.<sup>o</sup> António? À Rotunda do navio? À Encosta da Santana, à noite? Não havia dinheiro para tapar buracos e para algumas lâmpadas necessárias? Portanto, aquilo só podia ser o resultado da gestão. Ainda relativamente ao muro da GNR, esperava que não fosse a Câmara a montar tijolo, pois aquilo era património histórico. Quanto ao destacado orçamento rigoroso, no qual já tinha havido uma alteração na reunião de executivo, seguinte à da Assembleia, que serviu para pagar a “Feira dos Porcos”, retirando dinheiro à repavimentação das Freguesias. Quanto dinheiro é que tinha ficado inscrito para a repavimentação das Freguesias? Na área do desporto, questionou a Presidente da Câmara se sabia que se pagava o aluguer das instalações desportivas da Câmara, mesmo que a caldeira da piscina não funcionava e quando não havia luz. Na sua opinião não deveriam cobrar aos clubes os dias que não usavam os equipamentos. Relativamente à estratégia para a cultura, o preâmbulo anunciava coisas que ainda não tinham acontecido: o Jazzfest, a Feira da Doçaria, etc. Perguntou também o que é que tinha acontecido com a climatização do CAEP? A última pergunta direta era, se com tantos buracos na cidade e com a falta de dinheiro para manter os equipamentos, achava justo que os quatro Vereadores da Câmara tivessem, cada um, um carro a tempo inteiro? -----

Em resposta, a Presidente da Câmara, quanto à primeira questão colocada por Jorge Isidro, informou que era intenção da Câmara promover a Zona Industrial, sempre dialogando com os empresários, de modo a resolver as questões e a melhorar as condições para quem pretendesse instalar-se ali e, evidentemente, para quem já lá estava. Relativamente à questão da queda do muro da GNR, disse que logo após o sucedido reuniram com o IGESPAR, com o diretor dos equipamentos e infraestruturas da GNR e com técnicos da Câmara, no sentido de conseguirem solucionar o problema. A tarefa não iria ser fácil, porque todo o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

muro apresentava fissuras deslocadas, inclusivamente as que davam para o lado do mercado. Mais adiantou que tinha sido feita uma peritagem e estavam à espera do relatório da mesma, porque, doutro modo, não poderiam fazer qualquer intervenção; a responsabilidade era da GNR, no entanto a Câmara dispôs o que fosse necessário fazer, assim como também a Direção Regional da Cultura o fez e assim que o relatório fosse conhecido, o que esperava fosse breve, fariam as intervenções que lhes competiam. Fosse como fosse, acrescentou que a Câmara iria aliviar o nível hidrostático da muralha e tentar monitorizar a mesma, porque existiam deslizamentos, visto que a sua base era estreita relativamente à altura que tinha. Disse que também tinha sido contactado o diretor dos equipamentos e infraestruturas do Ministério da Administração Interna, que era quem tutela a GNR, assim como o secretário de Estado para se efetuar uma intervenção o mais rápida possível. Relativamente às outras questões colocadas, referiu que, efetivamente, os constrangimentos financeiros da Câmara eram bastante elevados e, como se sabia, só havia acesso a 75% daquilo que era o orçamento, pela entrada em vigor da lei das finanças locais. No entanto, a Câmara iria fazer as reparações que fossem necessárias, relativamente aos buracos, os quais, obviamente, já tinha constatado ao percorrer quase todos os dias várias ruas da cidade, o que a preocupava sobremaneira. Mas o que era certo é que não poderiam efetuar qualquer intervenção, enquanto estivesse a chover, pois não serviria de nada. Quanto ao resto, teriam de fazer com que as coisas fossem resolvidas.-----

Solicitando o uso da palavra, Jorge Isidro disse que, em relação à Escola da GNR, subscrevia em absoluto o que disse Cristóvão Crespo e considerava que deveriam estar todos unidos e disponíveis para fazer todos os esforços que surgissem de modo a ultrapassarem as dificuldades e obstáculos, para conseguirem manter a escola de formação em Portalegre. Aquela era uma estrutura claramente indispensável ao Concelho e muita gente dependia da mesma, desde comerciantes, até mesmo a famílias. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse querer louvar o esforço que a Presidente da Câmara transcreveu àquela Assembleia Municipal, naquilo que tinha feito relativamente à situação do colapso do muro da GNR. Pelo que julgava saber, referiu que o proprietário daquele imóvel era o Ministério da Defesa e as relações contratuais entre ministérios eram coisas que todos já sabiam, mas que pouco interessavam ao Município. Temia, pois, que mais situações daquelas viessem a acontecer, pela simples razão de que a principal competência de uma Câmara Municipal, perante uma situação de colapso iminente e verificada a possibilidade de estarem em perigo a vida humana, bens materiais que ali circulavam, seria vedar a zona antes de o muro ruir. Perguntou à Presidente da Câmara se não deveria ter já notificado o proprietário para fazer as obras? -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Novamente no uso da palavra, Hugo Capote disse que era ali naquelas questões que não percebia o que é que o CLIP tinha trazido de novo? Fez perguntas concretas, que não foram respondidas e que voltou a colocar: Que verba tinha ficado disponível para a repavimentação das Freguesias? Concordava que a Rua do Carmo estivesse fechada? Achava justo que todos os Vereadores, do regime permanente e não permanente, tivessem carro e que os mesmos fossem utilizados fora do tempo de serviço? Deu ainda o exemplo de que a Câmara de Elvas e a da Ponte de Sôr tinham um carro para toda a Vereação, mas como Portalegre era muito mais rica, tinham quatro carros.-----

A Presidente da Câmara, quanto aos carros da Vereação, informou que só eram utilizados para serviço da autarquia e não tinha conhecimento de que fossem usados fora do horário de serviço e concordava que cada um tivesse o seu meio de se deslocar. Relativamente à questão da Rua do Carmo, disse que o edifício em causa estava a ser monitorizado, tanto no exterior como no interior, pelos serviços da Câmara e foram lá colocados cubos de gesso nas fissuras para perceberem se havia, ou não, deslocamento das mesmas. Contudo, existiam também microfissuras. Quem é que se responsabilizaria se acontecesse alguma coisa? Embora não apresentasse perigo maior, mas existia sempre algum receio que tal acontecesse e, portanto, antes de acontecer a Câmara diligencia sempre para que assim não fosse. A Rua iria continuar fechada, até terem um relatório técnico específico, que garantisse que, de facto, não haveria perigo.-----

Usando da palavra, Cristóvão Crespo disse que o continuava a preocupar era o facto de a Câmara só estar a monitorizar e não passava daquilo. Na Rua do Comércio só monitorizaram e, entretanto, deu-se mais um desmoronamento. A seu ver, ter-se-ia de passar da fase da monitorização e ir além, porque senão o saldo negativo ia-se agravando.-----

A Presidente da Câmara informou que tinha estado recentemente na secretaria de Estado do orçamento, uma vez que tinham chumbado o pedido de exceção que foi feito, antes da entrada em vigor da lei. O instituto de reabilitação urbana permite à Câmara de Portalegre fazer obras, através do seu instituto, dando o aval. Contudo, o secretário de estado do orçamento chumbou, ainda antes da entrada em vigor da lei, sem perceberem porquê. Atualmente já tinham sido feitas diligências junto da CCR, do IRU e da agência de desenvolvimento regional, para que o dinheiro seja desbloqueado e para que possa haver intervenção nas casas que sofreram derrocadas. Disse não perceber porque é que existia uma secretaria de Estado, a qual não estava em consonância com outras secretarias, quando se pedia o exceção a uma parte que não era financiada, devidamente fundamentada, articulada com o IRU e com a secretaria de Estado da administração local.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Solicitando o uso da palavra, Rui Simplício, relativamente ao muro do quartel, entendia que a Câmara deveria notificar o proprietário para evitar que a Câmara fosse obrigada a pagar alguma indemnização indesejável. Perguntou à Presidente da Câmara acerca da nova legislação em vigor, referente ao protocolo de atribuição de competências com as Freguesias, se a Câmara já estaria a seguir a legislação? -----

A Presidente da Câmara disse que o Vereador Landeiro é que tinha estado a seguir o protocolo. Quanto à questão do Ministério da Defesa, referiu que a cedência daquele monumento estava na posse da GNR, já há muitos anos, e a manutenção e as obras ficariam a cargo do Ministério da Administração Interna. -----

No uso da palavra, o Vereador António Landeiro informou que, relativamente ao protocolo com as Freguesias, estava finalizado e iria ser apresentado às mesmas para, posteriormente e de acordo com os aspetos específicos de cada uma, ser assinado. Disse ainda existirem aspetos diferenciados de cada Freguesia e o que era comum era a distribuição dos valores que estavam em orçamento. Portanto, cada uma iria ter um peso específico, em função do número de habitantes, da área territorial, da rede viária, dos equipamentos educativos, etc. e em função de tal, havia uma fórmula a atribuir, sendo depois apresentada às Freguesias na próxima semana. A partir dali, procediam às reuniões bilaterais, com cada uma, porque existiam aspetos onde poderia entrar a mobilidade pessoal, etc. -----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse não conhecer bem, mas em relação ao que era o espaço comercial do Senhor Oliveira, devido ao mau tempo, estava bastante degradado, já com vegetação nos beirais e janelas. Portanto, tal situação teria de ser acautelada, para que depois não ocorram problemas. --

Em resposta, a Presidente da Câmara disse que aquele imóvel também estava inserido no “pacote” do IRU. -----

Luís Testa fez uma interpelação à mesa, dizendo que se tinham gasto ali duas horas e meia, no período antes da ordem do dia, o que lhe parecia uma ilegalidade. Achava que a profusão de assuntos levados àquela Assembleia e a forma como todos os intervenientes preparavam as suas intervenções dava para perceber que seria assim, felizmente, para o mandato inteiro, pois era assim que se fazia trabalho político, que os órgãos funcionam e que as pessoas participavam. Achava, sinceramente, que tinham de adotar um modelo de participação daquela Assembleia Municipal que não era compaginável, como noutros Concelhos de média dimensão também não o era, com as meras reuniões obrigatórias. Na sua opinião, não era aceitável estarem ali até às 2 e 3 da manhã, como tinha acontecido na última reunião, a apreciarem dezenas de pontos e deveriam, sim, pensar numa fórmula mensal de funcionamento.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Acrescentou ter ouvido, por várias vezes, dizer que era assim devido aos custos. Contudo, a democracia tinha até menores custos do que todas as ditaduras; mas se fosse por causa dos custos inerentes às sessões daquela Assembleia, disse dispensar o valor da sua senha de presença a uma associação do Concelho, para compensar dos subsídios que não tivesse recebido, da parte da Câmara, nos últimos tempos. -----

O Presidente da mesa disse registar a intervenção anterior e estaria disponível para qualquer hipótese de alteração que viesse a ter lugar, assim como, em conferência de representantes, poderiam discutir a questão. Tem, inclusive, tido a preocupação de atender a todas as necessidades, relativamente à marcação das reuniões.-----

Solicitando o uso da palavra, Diogo Júlio pediu à Presidente da Câmara informação sobre o número das habitações sociais que iriam ser distribuídas e se alguma delas seria para a família que apareceu na comunicação social, a qual já vivia numa casa da Câmara, mas que por falta de condições se encontravam em situação muito precária?-----

A Presidente da Câmara disse que iriam ser entregues 19 casas e uma delas já teria sido entregue há algum tempo. As casas em causa já tinham sido contratualizadas com o instituto de reabilitação urbana e os nomes das pessoas tinham sido aceites pelo mesmo. As tipologias daquelas casas não se adequavam à família em questão. Evidentemente que eram sensíveis às questões e condições daquela família e foi-lhes dito que, brevemente, iriam ter uma casa disponível para os albergar, não seria um T4, mas sim um T3. O que aconteceu foi que, na última reunião de Câmara, atribuíram um T3 a outra família, o que veio a despoletar a notícia no jornal. Mais referiu que, por vezes, se encontravam perante situações dramáticas e existiam coisas na vida que não eram quantificáveis. Perante tal, decidiu-se atribuir a casa a uma família, de uma mãe e dois filhos, em que um deles era doente oncológico. No entanto, a outra família, seria apenas uma questão de cerca de um mês, até ser entregue. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa disse compreender que o ato da gestão municipal, naquelas questões, não fosse nada fácil, pois eram confrontadas com as situações concretas. Perante o drama concreto, acreditava que era difícil haver uma ponderação racional. Mas o que não compreendia era que não houvesse critérios objetivos para a atribuição daquelas habitações sociais. Embora não conhecesse o regulamento que definia aqueles objetivos, esperava que o mesmo definisse os critérios gerais e que colocasse a possibilidade de haver situações de emergência. Mais disse que, face àquelas circunstâncias, o que mais esperava que não acontecesse era que as pessoas expusessem a sua situação pessoal, no sentido de tentarem obter aquilo que era obrigação do Município. Perante situações de





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

emergência, teriam de enquadrar no caráter de emergência a atribuição da habitação e, não havendo, seria o critério geral. Portanto, seria aquela a explicação que se pedia à Presidente da Câmara, pois não deveria sequer ter referido a existência de uma família, com uma situação limite e nas circunstâncias em que estava. Referiu que a Presidente até podia deixá-los compungidos, mas o poder político teria de passar sem aquela ação, porque o que se pedia ao poder político era a aplicação de critérios objetivos que definissem situações de emergência. Por último, disse que teriam passado muito bem sem aquela confiança da Presidente da Câmara Municipal. -----

Novamente no uso da palavra, a Presidente da Câmara relevou o facto de aquela ser uma situação de emergência e, portanto, foi o que levou a passá-la à frente. Esclareceu que a referida família não foi pedir nenhuma casa à televisão, existiu foi uma reportagem televisiva no IPO. -----

No uso da palavra, Jorge Isidro disse ter sido presidente de uma coletividade e sabia as dificuldades que aqueles que se dedicavam ao associativismo tinham, diariamente, para fazerem face à sua atividade. Gostaria, pois, de perguntar ao executivo se já tinham as verbas destinadas para atribuir às coletividades e para quando? -----

Em resposta, o Vereador Landeiro informou que, relativamente às verbas do associativismo, eram do conhecimento público, pois estavam nas grandes opções do plano. Quanto ao restante, estavam a alterar o regulamento, para criar uma base mais equilibrada que, de alguma forma, correspondesse a todas as expressões desportivas, da mesma forma para depois se atribuírem as verbas, mediante as candidaturas dos clubes. Haverá um aviso com indicação dos prazos, os clubes e associações candidatam-se, irá a reunião de Câmara para ser aprovado e, posteriormente, o processo normal seria a elaboração de um contrato programa, com cada um dos clubes ou associações. Informou ainda que, relativamente à situação das piscinas, quando não era utilizada pelos motivos apontados, os clubes não pagavam. -----

No uso da palavra, João Cardoso disse que pertencia a uma associação de pais, que utilizavam a piscina nos sábados de manhã e que sempre que não havia uso da mesma, não lhes era cobrado o dia. -----

O Presidente da mesa disse que aquele ponto estava encerrado. Os tempos de intervenção iriam ser redefinidos e passavam ao próximo ponto dos trabalhos.

### **2 – Ata n.º 3, relativa à reunião realizada em 27 de dezembro de 2013;**

Presente a ata n.º 3, da sessão realizada em 27.12.13. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Pedindo o uso da palavra, Rui Simplício quis prestar o seu testemunho de consideração e admiração pela pessoa que elabora as atas, nomeadamente a última, porque não devia ser fácil. Confessou ter lido algumas partes, respeitantes às suas intervenções e, no ponto 18, no parágrafo segundo, salientou que, na questão da venda dos lotes da Z.I., o que quis dizer foi que contrariava o regulamento e não a Rodoviária Nacional. Disse que era várias vezes tratado como membro e preferia ser tratado somente pelo nome, por uma questão de simplificação. Ainda relativamente à deliberação do ponto 18, onde dizia: "...deliberou por maioria, com 2 votos contra, 6 abstenções e 19 a favor, em 27 presenças, aprovar a venda do respetivo lote.", disse que os votos contra deveriam ser identificados, pois tratava-se de um processo que poderia levantar dúvidas de ordem jurídica e, inclusivamente, poderia ser impugnada a deliberação ali tomada, na medida em que não se baseava, na sua opinião, no regulamento. Mais disse que, na sua declaração de voto do PS, onde dizia que: "Portalegre ficou prejudicada, não tenho mais nada a dizer.", pretendeu dizer que votava contra, porque considerava que a Câmara de Portalegre ficou prejudicada. Por último, referiu que no final daquele ponto (18), da defesa da honra de Luís Alentejano, em que disse "...era por causa daquelas atitudes que muitas empresas estavam em Castelo Branco.", julgava não ter sido em defesa da honra, mas sim um aparte, porque não o ouviu pedir a palavra. -----

O Presidente da mesa agradeceu a intervenção anterior e informou que, relativamente às atas daquela Assembleia, em reunião de revisão de regimento, a questão foi abordada, tanto mais que em alguns aspetos ultrapassavam o que determinava o próprio artigo, da lei 75/2013. As atas iriam ser alteradas e simplificadas, de modo a constarem somente as deliberações, declarações de voto e pouco mais. Acrescentou que as gravações em suporte áudio seriam arquivadas durante 5 anos, no sentido de ficarem acessíveis a todos, para esclarecimento de dúvidas. Portanto, passavam a ficar apenas com os elementos essenciais, conforme estabeleciam os normativos. -----

Novamente no uso da palavra, Rui Simplício sugeriu à mesa que o suporte das atas fosse acessível aos *membros*, não no formato que tinham, mas noutra mais acessível, pois as aparelhagens não eram todas compatíveis. -----

No uso da palavra, Luís Testa, relativamente à ata da reunião transata, disse ser certo que o modelo aplicado era exaustivo e, portanto, trazia redundantemente tudo aquilo que se passava nas reuniões. Trazia, inclusivamente, circunstâncias que, do ponto de vista político, seriam dispensáveis, nomeadamente a alteração que houve entre si e o Presidente daquela Assembleia, a qual não abonava a favor daquele órgão. Contudo, a estar lá, teria de estar na íntegra. Na parte em que o Presidente da mesa o aconselhou a acalmar-se, seria no sentido em que ele próprio tinha protestado contra o facto da retirada da palavra, dizendo que não havia figura regimental para que lhe fosse retirada a palavra e porque não admitia que tal acontecesse



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

pois estava no exercício da mesma e que era do seu livre pensamento que lhe saíam as palavras e que não haveria objetores, relativamente às suas intervenções. Foi por tal, que se exaltou, no sentido de interromper a retirada de palavra, por parte do Presidente da mesa, a qual não cabia em qualquer figura regimental. Portanto, a estar tudo, teria de estar mesmo tudo, caso contrário não faria sentido e quem lesse aquilo pensaria que ele teve ali espasmos involuntários e que não haveria razão para se ter exaltado, quando até havia. Agradecia, pois, que a correção fosse feita. -----

O Presidente da mesa informou que o serviço de apoio iria tomar nota do pedido. Relevou o facto de que a última gravação tinha 320 minutos e o funcionário que a elaborava era o Nuno Morgado, o qual iria considerar, certamente, as alterações mencionadas. -----

Solicitando o uso da palavra, José Serafim fez referência àquela ata, porque o seu nome tinha sido mencionado na discussão do ponto anterior pelo membro Hugo Capote, em que disse que lhe parecia estar a ouvir o membro Miguel Serafim, referir que o orçamento era rigoroso. Portanto, naquelas 62 páginas da ata o termo ou adjetivo rigoroso não lhe surgia atribuído e portanto, das duas uma, ou não se recordava de o ter dito, ou o texto da ata não estaria correto. O único adjetivo que colocou, em relação ao orçamento, era o de ser realista. -----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo confessou que, de facto, ter uma reunião até às três da manhã e depois ler uma ata transcrita da mesma não era fácil. Disse não ter conseguido chegar aos pormenores da ata, mas concedia que a mesma estava bem conseguida no formato que se tinha optado. Sugeriu que as atas fossem mais formais e existindo o registo áudio, a qualquer momento tinham possibilidade de dirimir e de ver o que se tinha passado, concretamente nas intervenções feitas. Portanto, a ata deveria ter somente os aspetos mais importantes para o futuro, em termos de decisões, do sentido de voto, etc. -----

O Presidente da mesa concordou e disse que certas questões que não tinham nada a ver com a política não deveriam constar da ata. Tinha sido entendimento que a ata passaria a ter um formato diferente e o seu conteúdo seria aquele que a lei 75 estabelecia e que eram as deliberações, as votações, as declarações de voto, fundamentação, etc. Muito do “ruído” iria deixar de constar da ata, cumprindo o que estava em vigor e, em termos de regimento, o assunto já tinha ficado acordado, com o compromisso dos serviços de apoio gravarem e alterarem o suporte áudio, mantendo o arquivamento do mesmo durante o maior tempo possível. -----

Usando da palavra, Hugo Capote era da opinião de que as atas estavam precisas e propôs que, na questão do orçamento estivesse explicitado quem é que tinha votado contra, uma vez que lá constava a tal verba do CAEP e,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

portanto, seria muito importante saberem quem tinha votado contra. Embora tivessem existido algumas declarações de voto, eram somente de algumas pessoas que as proferiram, mas os votos contra é que valiam e contavam para efeitos legais. Relativamente ao que disse o Miguel Serafim, referiu que a questão era menor e tinha pena de não o ter ouvido ali, naquela sessão, a apoiar o programa e a informação da Presidente da Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 3 abstenções, em 28 presenças, aprovar a respetiva ata, com as alterações propostas. -----

### **3 – Nomeação de um membro da Assembleia de cada partido ou grupo de cidadãos com assento no Órgão Deliberativo, para integrar o Conselho Municipal de Juventude de Portalegre;**

O Presidente da mesa disse que, em reunião de representantes, tinham concordado que cada grupo político indicaria o seu representante. Começou por perguntar ao partido mais votado, CLIP, e assim sucessivamente: -----

- CLIP – João Nuno Cardoso; -----
- PS – Vera Caixeiro; -----
- CDU – Ana Lopes; -----
- PSD – Sara Cidrais. -----

O Presidente da mesa informou que os eleitos para integrar o referido Conselho estavam definidos e aprovados por unanimidade. -----

### **4 – Eleição de Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal;**

O Presidente da mesa disse que, naquela eleição, teria de ser um Presidente de Junta e perguntou se havia propostas. -----

O grupo municipal do Partido Socialista propõe para a eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal, Manuel Lacão Carvalho – Presidente de Junta dos Fortios. -----

O Grupo do CLIP propõe como candidato o Presidente da Junta de Freguesia da Urra – João Janeiro. -----

O Presidente da mesa disse que iriam votar as duas propostas apresentadas. Seriam a A e a B. Após votação dos presentes, o resultado foi o seguinte:

Lista A – PS (Manuel Carvalho) – 12 votos; -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Lista - CLIP (João Janeiro) – 14 votos. -----

Houve 2 votos em branco.-----

O Presidente da mesa informou que tinha ficado eleito João Janeiro, para integrar o Conselho Cinegético Municipal. -----

### **5 – Plano de Urbanização da Cidade de Portalegre e Plano de Urbanização da Quinta da Saúde/ Cabeço de Mouro/Salão Frio – Medidas preventivas;**

- Deliberação de 2014.01.13 –

Presente informação n.º 112, de 11 de dezembro de 2013, da DOPGU, relativamente ao Plano de urbanização da cidade de Portalegre – Plano de urbanização da Quinta da Saúde/ Cabeço de Mouro/ Salão Frio – Medidas Preventivas, união das Freguesias da Sé e s. Lourenço, com informação CDOPGU, de 13 de dezembro de 2013. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, o envio à Assembleia Municipal.

No uso da palavra, Raúl Cordeiro disse ter lido a documentação respetiva e, tecnicamente, não haveria nada a apontar. Apenas a questão apontada pela CCDR, como forma de recomendação, na qual não percebeu se estava transcrita na totalidade, na proposta que a Câmara apresentou como proposta final. Provavelmente, o Vereador que estava ligado àquela área saberia esclarecer a questão. Referiu que se tal estivesse assegurado, no texto, a introdução das medidas propostas pela CCDR, não tinha nada a opor à versão ali apresentada. -----

O Vereador Nuno Santana esclareceu que as medidas preventivas eram no sentido de não permitir haver mais compromissos na área que iria ser alvo de estudo. Concerteza que as referidas recomendações iriam ser tidas em linha de conta.-----

Novamente no uso da palavra, Raúl Cordeiro perguntou se o Vereador estaria em condições de garantir àquela Assembleia Municipal que seriam aceites as recomendações da CCDR. -----

O Vereador Nuno Santana respondeu que sim, estava. -----

No uso da palavra, Cristóvão crespo disse não ter percebido, exatamente, porque é que aquele ponto ia à apreciação da Assembleia Municipal. Era uma imposição legal? -----

O Presidente da mesa informou que estava, inclusivamente, na fundamentação, em vários pontos, que os instrumentos de gestão territorial deveriam ser acompanhados de proposta, a apresentar pela câmara, à



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Assembleia Municipal, para que a mesma se pronunciasse, de acordo com o artigo 109.º do RJIGT. -----

Novamente no uso da palavra, Cristóvão Crespo disse ter lido aquilo tudo, deu voltas para trás e para a frente e que, apesar de concordar com as medidas preventivas e as salvaguardas, da análise que fez reconduziu-o ao início. Pretendia-se com aquilo precaver ou ordenar algumas intervenções? -----

O Presidente da mesa disse que era uma das competências que estava estabelecida no regimento da Assembleia e nos normativos. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que, embora aquele documento aparecesse ali como um plano, na verdade e em bom rigor era um regulamento. Como tal, recaia na competência exclusiva da Assembleia Municipal a apreciação e votação final de todos os regulamentos. Mais referiu que a sua elaboração e composição, bem como o layout do documento, não deixava margem para dúvidas que, de facto, se tratava de um regulamento, embora aparecesse ali com o nome de plano.-----

O Presidente da mesa acrescentou que era referido no ponto 3, al. b), do regimento da Assembleia que: “É ainda da competência da Assembleia Municipal, em matéria de planeamento, sobre proposta ou pedido de autorização da Câmara, aprovar as medidas, normas, delimitações e outros atos do regime de ordenamento do território e do urbanismo, nos casos e nos termos conferidos pela lei.”.-----

Usando da palavra, Cristóvão Crespo disse que admitia que o mesmo fosse um regulamento mas, no extrato da ata, não era identificado porque é que tinha surgido recentemente o regulamento e não há um ou dois anos atrás?-----

No uso da palavra, o Vereador Nuno Santana informou que a questão tinha a ver com o plano de urbanização que a Câmara estava a elaborar, para a cidade de Portalegre. A proposta lá explanada era no intuito de se saber quais as medidas a tomar, enquanto os técnicos camarários elaboravam o plano. Obviamente, competia à Assembleia aprovar as medidas preventivas, de modo a não existirem compromissos, durante a execução do referido plano.--

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 28 presenças, aprovar os planos de urbanização.-----

### **6 – Alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Portalegre;**

- Deliberação de 2014.01.27 –



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Presente informação n.º 131, do Serviço de Desporto e Juventude, de 15 de janeiro de 2014, a propor a alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Portalegre. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, e de acordo com o art.º 25.º, da lei 6/2012 de 10 de fevereiro, aprovar a respetiva alteração. -----

No uso da palavra, Luís Testa perguntou ao Presidente da mesa se, para além das alterações que decorriam da lei, existiam outras alterações? Existindo, ou não, o próprio Conselho Municipal da Juventude foi ouvido, relativamente à alteração? Acrescentou que uma alteração que decorresse da lei poderia ser uma oportunidade para rever os mecanismos de funcionamento do próprio Conselho Municipal e, naquele sentido, gostaria de saber se existiam outras alterações que decorriam da lei e se o Conselho tinha sido ouvido previamente, no sentido de incorporar alterações que fossem úteis ao funcionamento do próprio Conselho. -----

O Vereador Landeiro informou que foi realizado o Conselho Municipal de Juventude, onde foram feitas e aprovadas as alterações, respetivas em relação ao que a lei definia. Não tinham conhecimento de outras alterações, além daquelas que foram ali presentes à Assembleia. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 28 presenças, aprovar a alteração. -----

### **7 – Isenção de taxas à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Portalegre, referente à emissão da autorização de utilização da obra de remodelação do quartel;**

- Deliberação de 2014.02.10 –

Presente requerimento apresentado pela Associação Humanitária dos Bombeiros de Portalegre, de 23 de janeiro de 2014, a solicitar isenção de pagamento de taxas, relativas à emissão da autorização de utilização, para remodelação do Quartel dos Bombeiros Voluntários, na Av.ª da Estremadura Espanhola, 23, na união de Freguesias da Sé e S. Lourenço, no valor de 4.423,30€, instruído com informação DOPGU, de 24 de janeiro, a informar que a isenção solicitada não está prevista no art.º 16.º, do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e de Taxas e Compensações Urbanísticas. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aceitar o pedido. -----

Pedindo o uso da palavra, Luís Testa achava não serem raras as vezes com que, por força da lei e dos próprios regulamentos, os órgãos municipais se debatiam com pedidos de isenção de taxas, nomeadamente a Câmara Municipal de Portalegre. Quem lia as atas da Câmara, tornava-se fastidioso



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

verificar os inúmeros pedidos de isenção e, a seu ver, talvez fosse possível e mesmo benéfico para o trabalho municipal, haver uma medida simplex para definir que entidades de utilidade pública, como os Bombeiros Voluntários, a CERCI Portalegre, etc., estivessem à priori isentas de taxa daquele género. Deixou à consideração do executivo municipal a proposta, sem que fosse votada, que ali levassem uma proposta de revisão do regulamento de taxas, para que se isentassem, ab initium, todas as taxas relativas a instituições de utilidade pública. Mais referiu que todos sabiam perfeitamente que nunca ali, ou no executivo municipal, alguém um dia votaria contra a isenção de taxas de uma instituição de utilidade pública. Em conclusão, achou que seria benéfico para a celeridade dos processos e para aliviar o trabalho municipal, que assim fosse, aliás, as instituições públicas serviam, não para dificultar a vida às pessoas e às organizações, mas sim para facilitar a vida e o desempenho das instituições, que muitas das vezes trabalhavam por “amizade” às mesmas, sem auferirem nada em troca, despendendo esforço pessoal e privando a família e os amigos. Seria, portanto, um sinal de maturidade política, do concelho de Portalegre, aquela Assembleia Municipal poder aprovar uma alteração ao regulamento de taxas, que fosse ao encontro daquelas legítimas ambições da sociedade civil de Portalegre. -----

No uso da palavra, Jorge Isidro pretendeu reforçar aquilo que tinha sido dito pelo Luís Testa, o que subscrevia em absoluto.-----

A Presidente da Câmara informou que estavam a ser tomadas medidas, uma vez que não eram só taxas de licenciamento, mas também urbanísticas e que já na última reunião o assunto foi debatido. Teriam de existir alguns critérios, para irem ao encontro do pretendido, no entanto, aceitavam a proposta anteriormente colocada.-----

No uso da palavra, Luís Testa elogiou o facto de a Presidente pensar da mesma forma, mas lançou-lhe o seguinte repto: que a todas as intervenções do PS, em que propunham qualquer coisa de válido, não lhes respondesse que já estava a ser feito ou pensado, porque já todos sabiam e até tinham oportunidade de lerem, de 120 em 120 dias, nas páginas dos jornais locais. Solicitou que os poupasse a tais considerandos. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 28 presenças, aprovar o pedido de isenção. -----

### **8 – Apreciação e votação da proposta de declaração de registo de interesses dos eleitos locais.**





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O Presidente da mesa informou, novamente, que aquela proposta era da autoria do PS e que, na reunião de representantes, já tinha referido a origem da redação do ponto, tendo sido a mesma aceite por todos. -----

Pedindo o uso da palavra, Raúl Cordeiro apresentou as suas desculpas por tal. Contudo, disse que a questão do registo histórico era importante que constasse no edital, daquela Assembleia, para que depois não se viesse a assistir a determinadas observações de que afinal a ideia não tinha sido do grupo municipal do PS. -----

Solicitando o uso da palavra, João Nuno Cardoso referiu que aquela proposta visava, essencialmente, a transparência do funcionamento dos órgãos da Assembleia, o que agradava ao seu grupo, porque era também aquilo que defendiam. Existiam ali alguns pontos que gostariam que fossem considerados, uma vez que a proposta do PS era textualmente igual a outras já existentes, nomeadamente a uma da Câmara de Almada e pecava pelos mesmos erros, por exemplo, no ponto 4 fazia referência à lei 69, quando deveria fazer referência à lei 64, tal como nas outras. Gostaria de saber o porquê de não ter sido incluída a alínea e), do ponto 4, do art.º 7- A, que dizia o seguinte: “Para efeitos do disposto no n.º anterior serão inscritos, em especial, os seguintes factos:..., transcreveram todos os factos que estão constantes na lei, mas não transcreveram: “- Sociedades em cujo capital ou titular por si, pelo cônjuge, ou pelos filhos, disponha de capital.”; Seria interessante que fosse incluído aquela alínea. -----

No uso da palavra, Luís Testa referiu que, contava ter apresentado o ponto em primeiro lugar, mas foi ultrapassado pelas circunstâncias. De qualquer modo, aquela não era uma proposta nova do PS e entendiam que, nas instituições públicas, todos os titulares de cargos tinham um dever especial perante a comunidade, perante os eleitores e perante a transparência a que se obrigam a si próprios e, por isso, nada como definir bem o que era de definir bem. Naquele sentido, a apresentação daquele regulamento era a bem da transparência e, sobretudo, a bem do bom funcionamento dos órgãos, porque não era compaginável que se levantassem dúvidas perante os eleitos locais, se beneficiavam, ou não, com negócios que tinham e que muita gente levantava dúvidas sobre se algum dos que ali estavam beneficiaria da relação que tinham com o Município. Portanto, era na defesa dos referidos eleitos que aquele regulamento era apresentado, para que a folha de cada um pudesse estar perante a população e ser exibida, para que não restassem dúvidas. Mais disse que o objetivo era que se soubesse que tinham atividades particulares legítimas, mas que em nada se interligava com o supremo interesse do Município de Portalegre. Perante tal, o PS propunha que o Município de Portalegre criasse o seu próprio registo de interesses, até porque quem era detentor do poder executivo, nomeadamente em regime de permanência, já estava obrigado, pela lei, ao depósito no Tribunal Constitucional de todas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

aquelas vicissitudes que eram elencadas no regulamento em causa. Não lhe parecia lógico que aqueles que faziam parte do órgão de legislação não fossem eles próprios os primeiros a demonstrar à sociedade que não têm interesses que não sejam os da defesa do supremo interesse do Município. Aquele regulamento era muito igual em várias autarquias porque tinham sido emanados do departamento das autarquias locais do Partido Socialista e, portanto, admitia que na transcrição houvesse falhas e até que as pessoas que apresentaram o regulamento em Almada o possam ter complementado com mais ou menos uma alínea. No entanto, quanto mais questões que possam colidir com os tais supremos interesses do Município de Portalegre, mais deverão ser incluídas naquele regimento. Portanto, pediu que a proposta ali apresentada fosse aquela, incluindo a que o João Nuno Cardoso referiu e se outras houvesse que, atempadamente, tivessem sido distribuídas por todos os membros da Assembleia, que também pudessem ser inscritas no referido regulamento. -----

O Presidente da mesa deduziu da intervenção do Luís Testa que o mesmo aceitava o aditamento proposto pela bancada do CLIP. -----

Luís Testa acrescentou que relativamente à transcrição do decreto-lei atrás mencionada era apenas um erro material, facilmente alterável. -----

O Presidente da mesa informou que a proposta iria incluir a alínea e), apresentada pelo CLIP e que, assim sendo, seria a única proposta. Perguntou se mais alguém se queria pronunciar. -----

No uso da palavra, Hugo Capote disse que aquela intervenção era profilática, porque a CDU concordava com o registo de interesses e não iriam votar contra, contudo não gostariam que o mesmo servisse para ser inibitório, de certa forma, para algumas pessoas poderem, ou não, intervir e para poderem assumir, ou não, lugares e papéis naquela Assembleia Municipal. Na sua opinião, achava que tal situação não iria acontecer e questionou se um deputado da Assembleia Municipal, que fosse ao mesmo tempo dirigente de um grupo desportivo ou cultural, poderia ficar inibido de participar na votação do orçamento?-----

A título de esclarecimento, Luís Testa disse que o que se pretendia era que cada um dos presentes vertesse no seu registo de interesses a coletividades das quais fazia parte, as empresas onde tinha interesses, etc. Contudo, tal facto não seria inibidor da participação porque poderia intervir na hora do público. Seria somente inibidor da utilização do cargo público que exercia, a favor de uma organização onde tivesse interesses, porque não seria compaginável que se utilizasse o cargo conferido pelo voto livre e democrático dos portalegrenses para favorecer organizações em cujo sucesso se tivesse interesse pessoal. Portanto, era somente naquele sentido que seria inibidor e não noutros. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, João Nuno Cardoso, depois de observar a proposta do PS, no ponto que dizia: “ O formulário do registo de interesses é da responsabilidade da conferência de representantes dos grupos municipais.”, referiu que aquilo poderia especificar mais algumas coisas e lembrou-se do caso da advocacia, em que estavam sujeitos a sigilo profissional. Portanto, não interessaria que ali fossem colocadas questões que não fossem do interesse da autarquia. Parecia-lhe, pois, que poderia ser perfeitamente especificado. ----

Usando da palavra, Luís Testa disse que a observação anterior era de toda a pertinência, pela simples razão de que o registo de interesses tinha de cumprir os seus objetivos mas, como era óbvio, não podia assumir ali um caráter persecutório, relativamente ao exercício das profissões, bem como de profissões liberais, em cuja regulação era uma lei da Assembleia da República, como era o caso do estatuto da ordem dos advogados, presumindo também que de todas as ordens profissionais em Portugal. Portanto, o próprio do registo de interesses não se poderia sobrepor a uma lei geral da República e, conseqüentemente, aquele formulário teria de acautelar os limites legais da sua implementação.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 28 presenças, aprovar a proposta única do PS, referente à declaração de registo de interesses dos eleitos locais, com os aditamentos ali consagrados.-----

### **Declaração de voto – PS (Luís Testa)**

Em nome do Partido Socialista, nós hoje acho que demos todos, aqui, um passo significativo a bem da transparência com que todos exercemos os cargos públicos. Eu digo isto por uma razão simples, é porque esta proposta foi trazida a votação no final do último mandato autárquico e foi reprovada, por esta Assembleia Municipal e estávamos cá alguns. Eu não sei a quem é que isso aproveitaria, mas perante a votação massiva que reprovou a proposta hoje aprovada por unanimidade, eu acho que o passo é histórico, não só porque lográmos aprovar este registo de interesses, mas principalmente porque o obscurantismo que se verificava na altura talvez se tenha desvanecido.

O Presidente da mesa disse que era a prova de que alguma coisa tinha mudado.-----

### **9 – Análise da proposta do grupo municipal do PS sobre a acessibilidade a cuidados de saúde.**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Solicitando o uso da palavra, Raúl Cordeiro disse que a proposta já tinha sido vertida, de alguma forma, na ata da reunião da Assembleia Municipal anterior e do ponto de vista formal, tinha sido formalizada através de um requerimento, enviado ao Presidente da Assembleia para agendamento, naquela sessão. Em primeiro lugar, o PS considerava ser de superior importância debater aquela matéria na Assembleia Municipal de Portalegre, considerava a saúde um tema importante e na ordem do dia e, ali, erravam numa coisa, pois não era a primeira vez que o tema era debatido na Assembleia, porque já tinham apresentado dois votos de louvor naquele âmbito, um ao Ministro da saúde e outro à ULSNA. Portanto, a proposta PS encerrava ali duas propostas, uma delas tinha a ver com a necessidade de possuir dados que os ajudassem a perceber o que é que estava a acontecer, relativamente à capacidade instalada na área da saúde no concelho e no distrito. Na saúde as coisas eram dinâmicas e o que acontecia no distrito de Portalegre influenciava as zonas envolventes. Relembrou que Portalegre tinha duas unidades de internamento, as quais moviam toda uma dinâmica de saúde no distrito, portanto consideravam ser de toda a importância que a Assembleia Municipal discutisse ali o tema, no sentido de provocar o debate político, visto existir um conjunto de perguntas que, no interesse dos portalegrenses, deveriam obter respostas. Referiu que já tinham pedido tais respostas à ULSNA, pelas vias habituais, e as quatro perguntas colocadas eram as seguintes:

- Qual o impacto da redução da capacidade instalada em camas nas unidades de internamento da ULSNA?
- Qual o impacto previsto da reforma hospitalar, nas unidades de saúde do distrito de Portalegre, nos próximos anos?
- Quais eram os dados evolutivos da acessibilidade a cuidados de saúde das populações do concelho e do distrito de Portalegre?
- Como é que tinha sido desenvolvida e que princípios técnicos e políticos estiveram subjacentes à política de colocação de doentes mentais crónicos noutros concelhos, fora de Portalegre?

Acrescentou que, aquelas perguntas não seriam, propriamente, para a Presidente da Câmara Municipal de Portalegre, mas sim para todos e o PS gostaria de ter respostas para as mesmas. Naquele sentido, o PS considerou de superior interesse promover o debate na Assembleia Municipal. A proposta apresentada continha, em si, duas propostas: em primeiro lugar, que a Assembleia Municipal pudesse encontrar uma figura de agendamento de uma sessão temática sobre a saúde, fosse ordinária ou extraordinária mas que tal acontecesse com a presença de alguém representante do conselho de administração da ULSNA, em sede daquela Assembleia Municipal. Mais disse que certamente estariam disponíveis para encontrar qual a melhor figura para debaterem aquele assunto, considerando que era de interesses para os cidadãos do concelho e do distrito de Portalegre. Por fim, a segunda proposta seria como um plano B e apelou aos bons ofícios da Presidente da Câmara, no sentido de, junto da ULSNA, poder obter dados sobre a questão, ou até influenciar o debate e a presença do conselho de administração, na sede da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Assembleia Municipal, pois todos os dias a população era confrontada com problemas daquela natureza e, quanto mais não fosse, aquele era o fórum político em que os eleitos locais de Portalegre poderiam ser eles próprios a voz dos cidadãos do concelho. -----

Solicitando o uso da palavra, Cristóvão Crespo disse que aquelas eram questões fundamentais para as populações, contudo pareceu-lhe haver limites para tudo, particularmente, aquele tipo de intervenção do PS. Na sua opinião, o conselho de administração da ULSNA não teria problema nenhum em ir ali discutir o problema com a Assembleia Municipal. Considerava estranho o facto de o PS ir ali como paladino da defesa da saúde, no concelho e no distrito. Quanto às questões que foram colocadas, disse ter havido alturas em que o governo anterior até tinha feito obra e pagou-a, mas no caso da saúde assim não foi, porque “matou” a maternidade de Elvas, ia “matando” a de Portalegre e deixou um passivo enorme, como todos sabiam. Quanto à perda de camas deviam estar distraídos na altura da anterior administração porque o Hospital foi amputado de um dos pisos, portanto devia haver ali algum decoro. Em relação às estatísticas, referiu que o membro da Assembleia Municipal deveria andar um bocado distraído, porque as mesmas estavam à vista e provavam o contrário daquilo que foi afirmado porque, de facto, existiam mais cuidados de prestação de saúde e os utentes viram reduzido, substancialmente, o custo da medicação. Houve, portanto, uma redução que foi fundamental em termos de saúde. Quanto à questão dos doentes mentais, entraram ali no domínio da falsidade, o que o levou a perguntar qual era o doente que estava fora do distrito? Existiam alguns doentes fora daquele espaço mas foi sempre tido em atenção a situação específica das pessoas e o Ministério da Saúde tinha assumido as despesas inerentes à situação. Pareceu-lhe que, em termos da qualidade, da oferta e do serviço os doentes mentais tinham ficado com melhor qualidade de serviço e, não havendo da parte do Ministério o aligeirar de responsabilidades, houve a preocupação de, com o mesmo preço, dar uma melhor prestação de serviços. -----

Novamente no uso da palavra, Raúl Cordeiro relevou que não iria ali expor-se à brincadeira, porque se ali disse o que disse era porque havia um fundo de razão e não tinha de estar a comprometer-se com o passado do PS. Tinha a total independência para defender, ou não, o que entendesse. Quem estava na saúde, como ele, sabia perfeitamente que existiam decisões de suporte técnico e decisões de suporte político. Perguntou se o deputado sabia que com o encerramento da maternidade de Elvas e de Portalegre tinha triplicado o número de partos? Os números eram, sem dúvida, influenciados pelas decisões técnicas e pelas decisões políticas. Sabia que o sétimo piso da ULSNA, que era uma unidade de convalescença, tinha diminuição da capacidade instalada, porque não podia contratar enfermeiros? Em contrapartida, havia uma escola ao lado do hospital a formar cerca de 60 enfermeiros por ano e para quê? Para os mandar para Inglaterra? Aquelas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

decisões políticas não eram de 2009, nem de 2010. O Governo diminuiu o preço dos medicamentos, contudo a Câmara Municipal teve de aumentar as comparticipações das pessoas com necessidade de medicamentos entre 25 e 75%. Ao falar-se ali de acessibilidade a cuidados de saúde estavam a falar de tudo e não somente de uma coisa. Do ponto de vista político o que era realmente importante era debater a questão, ou não. Pelos vistos, para o PSD não era. Quem não devia, não temia. -----

No uso da palavra, João Nuno Cardoso disse que o grupo municipal do CLIP registava com muito agrado qualquer tipo de discussão sobre qualquer tipo de temática que pudesse interessar à cidade de Portalegre e aos portalegrenses e propuseram que a discussão fosse incluída na próxima Assembleia Municipal, como um ponto, e também que o Presidente daquela Assembleia convidasse quem se entendesse fosse importante para o referido debate. Consideravam que, para além do debate sobre a saúde, seria também interessante poderem agendar outros tipos de debates temáticos, igualmente importantes para Portalegre. -----

No uso da palavra, Diogo Júlio pretendeu registar a importância da discussão sobre aquele assunto. Ficou ali claro que a culpa, quer do PS quer do PSD, nas questões da saúde, era enorme. Portanto, a CDU apoiava, claramente, a proposta do Partido Socialista, porque visava a melhoria das condições, no futuro. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que a intervenção de Cristóvão Crespo não podia deixar de a comparar à intervenção do professor Marcelo Rebelo de Sousa, no congresso do PSD. Disse, aliás, que tendo sido a intervenção política de fundo a justificação porque é que tinha ido ao congresso. Portanto a intervenção de Cristóvão Crespo foi a desculpa que o mesmo arranjou para dizer porque é que não subscrevia uma proposta de debate, enunciada pelo PS. Relevou o facto de que, no PS, todos eram independentes no pensamento e o que acontecia no seio do partido era que, aqueles que pensavam de uma maneira, tentavam convencer os outros a pensar da mesma maneira do que aqueles que propunham o pensamento. Na verdade, o que acontecia era o seguinte: quem governava cometia erros, quem nunca governou nunca os cometeu. Não lhe parecia minimamente razoável e aceitável, do ponto de vista da honestidade intelectual, que foi ali levado à coação e que foi o facto de o deputado Crespo ter dito que bastaria ver as estatísticas para que se percebesse que tudo estava a ser invertido, na área da saúde? Cristóvão Crespo disse também que bastaria olhar para os números, para se perceber que, atualmente, se estariam a corrigir os erros incomensuráveis que foram constituídos no passado? Relevou ao deputado Cristóvão Crespo que não era assim, o PSD não pagava dívidas nenhuma, porque a dívida pública já estava nos 134% e agravavam as condições de vida dos portugueses. Por fim,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

parafraseou outra situação ocorrida no congresso do PSD, como matriz de pensamento: “O país está melhor, os portugueses é que estão pior.” -----

O Presidente da mesa disse que o que ali estava em causa era a proposta de discussão, de questões ligadas à saúde, apresentada pelo PS e subscrita pelo CLIP, no intuito de se poder incluir como ponto, na próxima reunião de trabalhos daquela Assembleia Municipal. Mais informou que a próxima sessão ordinária seria em final de abril. De qualquer modo, não via inconveniente que fosse na de junho e que se incluísse o referido ponto. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa requereu ao Presidente da mesa que, ao abrigo do disposto no regimento das autarquias locais, fosse efetuada uma reunião extraordinária no mês de março, para se discutirem dois assuntos: a questão do CAEP e a questão da saúde. Mais disse que ao Partido Socialista faltava um membro para poder, potestativamente, agendar aquela reunião mas se o requerimento fosse subscrito por um membro de qualquer das bancadas, ficaria ali já agendada para o mês seguinte, no sentido de discutir aquelas matérias.-----

Solicitando o uso da palavra, Jorge Isidro, na sequência da intervenção do Luís Testa, disse que se fosse necessário um só membro, poderiam contar com ele.

O Presidente da mesa, perante a proposta apresentada, disse que teria de ver a questão legal do agendamento potestativo de uma sessão extraordinária, em termos de deputados municipais. Perguntou se mais alguém queria pronunciar-se sobre a questão. -----

Usando da palavra, Hugo Capote disse que seria um terço para se poder realizar. Contudo, se necessário fosse, os quatro votos do seu grupo associar-se-iam ao pedido.-----

No uso da palavra, Luís Testa referiu que aquela sessão extraordinária poderia ser útil, não só no que respeitava à discussão das duas questões enunciadas anteriormente, mas também se existissem questões de carácter administrativo que fossem levadas pela Câmara, o que poderia aliviar a agenda da Assembleia de abril, a qual costuma ser carregada porque, como era sabido, teriam a apreciação do relatório de atividades e das contas de gerência do município. Portanto, permitia abordar os assuntos com outra profundidade. -----

No uso da palavra, João Nuno disse que embora o CLIP considerasse pertinentes os temas propostos, não lhes parecia que fosse sobrecarga concentrá-los na reunião de abril. Portanto, votariam contra a realização de uma assembleia extraordinária e não se associavam àquela petição. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O presidente da mesa informou que se tratava ali de uma situação jurídica diferente. A figura do agendamento potestativo não estava no regimento. -----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse que se tratavam de duas questões diferentes: a primeira era o requerimento do PS, que teriam de o votar, para não ficar o potestativo dependente de qualquer coisa e o PS é que poderia depois invocar a figura do potestativo se virem recusada a aprovação do requerimento. -----

O Presidente da mesa interrompeu para informar que, nos termos regimentais, a Assembleia Municipal se reunia, em sessão extraordinária, por iniciativa do Presidente, o que não era o caso; quando a mesa o deliberasse, que também não seria o caso; ou ainda, a requerimento de um terço dos seus membros ou de grupos municipais com idêntica representatividade. -----

No uso da palavra, Hugo Capote disse que, a agendar-se aquela assembleia extraordinária sobre a saúde, se o requerimento faria sentido? De qualquer modo, a CDU votaria sempre a favor, o que estava em causa era como é que se consubstanciava aquilo? -----

O Presidente da mesa recapitulou dizendo que a primeira figura utilizada era a do requerimento para o agendamento de uma sessão municipal, a qual poderia ser feita por um terço dos membros ou de um grupo municipal. -----

Novamente no uso da palavra, Cristóvão Crespo, conforme tinha afirmado, referiu que achava útil ouvir o conselho de administração da ULSNA. No entanto, se a votação do requerimento for um pedido para uma assembleia extraordinária, estaria dentro do direito dos subscritores; se fosse para votarem aquele requerimento não colheria o voto favorável do PSD, pelo menos com a expressão presente no final do primeiro parágrafo, porque, tanto quanto sabia, a política de colocação de doentes mentais crónicos noutros concelhos, em instituições fora do distrito, não era a desenvolvida pela ULSNA. -----

No uso da palavra, Rui Simplício disse que tinha ouvido ali as manifestações sobre o requerimento apresentado pelo PS que, no seu conteúdo, o que pretendiam era que fosse discutida a saúde no distrito. O porta-voz do CLIP referiu que estariam de acordo e da parte do deputado Crespo também estaria de acordo, para que ali fosse a administração do hospital, a CDU igualmente e, portanto, naquele aspeto todos estariam de acordo. A questão era quando e, ali nem todos estavam de acordo. Portanto, não via inconveniente para que se votasse o requerimento, para efetuarem uma reunião e que, posteriormente, como havia divergências em relação ao momento e à forma como se iria fazer, se procedesse ao agendamento de um terço. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Novamente no uso da palavra, Luís Testa referiu que, para ajudar à unanimidade da votação, o PS retirava a frase do final do primeiro parágrafo: "...fora do distrito." -----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo quis complementar, dizendo que o facto de se querer ouvir a saúde sobre as políticas e estar-se a fazer um juízo de valor das mesmas, não era o mais correto. -----

O Presidente da mesa disse que tinham ali duas situações: uma era a votação de um documento sobre a realização duma sessão sobre a saúde; a forma e a data seria uma situação posterior. Iriam passar à votação. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 28 presenças, aprovar a realização de uma sessão sobre a saúde. -----

Solicitando o uso da palavra, Luís Alentejano perguntou porque não fazer uma reunião, mas sem que fosse extraordinária, uma vez que implicava custos e se o município estava com dificuldades financeiras, ficaria mais económico, seguramente? -----

Usando novamente da palavra, Luís Testa disse que já estava à espera daquela intervenção referente aos custos asoberbados que a realização de uma Assembleia Municipal acarretava para o município. Perante tal, afirmou que a sua senha iria para a Cerciportalegre, para compensar a falta de subsídio do município. Mais disse que quando ali, naquela casa, não tinham respeito pelo órgão "Assembleia Municipal" estava tudo perdido, porque se quisessem organizar fóruns ou convenções, estavam ao alcance, mas se os eleitos locais entenderem discutir o problema dos portalegrenses e do Distrito a solenidade que era exigida, por eles próprios e por aqueles que os elegeram, era que tratassem daquelas questões no sítio certo e na casa da democracia de Portalegre. Por fim, disse que admitia tudo e até preferia que o Luís Alentejano tivesse sugerido que os membros daquela Assembleia abdicassem da sua senha de presença, embora também considerasse ser pouco dignificante para os eleitos locais. Contudo, o facto de se querer transportar a solenidade dos atos e da discussão na Assembleia Municipal para um qualquer encontro de amigos não era a forma com que os portalegrenses gostariam de ver tratados os seus assuntos. Naquele sentido e falando em nome do grupo municipal do PS e aceitando o apoio do grupo municipal da CDU e do membro Jorge Isidro, requereu formalmente que fosse agendada para o mês de março, nos termos regimentais de acordo com a lei, uma Assembleia Municipal extraordinária, para discutirem o assunto do financiamento da obra do CAEP, o assunto relacionado com o requerimento proposto pelo PS e admitindo que possam ainda ser colocadas outras questões pela Câmara Municipal. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Hugo Capote disse que quando colocaram a proposta da assembleia extraordinária, só sobre a questão das obras do CAEP, não a chegou a defender mas, basicamente, não haveria melhor local para se discutir a mesma, senão naquela Assembleia Municipal. A democracia, a transparência e o rigor têm custos mas aquele era justificável, inclusive se associarem a uma discussão tão importante como a questão da saúde, a dignidade de uma Assembleia Municipal e, até mesmo, dignificando os convidados, naquela circunstância, o conselho de administração da ULSNA, os quais se sentiriam até engrandecidos, ao irem ali falar sobre tão importante questão, a qual interessava a todos, enquanto potenciais utilizadores dos serviços de saúde do Concelho. -----

No uso da palavra, Luís Alentejano, em resposta a Luís Testa, disse compreender que as Assembleias Municipais eram sítios dignos e solicitou-lhe que não se dirigisse à empresa José Coutinho “qualquer coisa”, mas sim José Coutinho & Filhos, Ld.<sup>a</sup>. Tratava-se da empresa que fez o CAEP e as coisas deveriam ser chamadas pelo nome. -----

O Presidente da mesa informou que tinham de passar à votação do agendamento potestativo da assembleia municipal extraordinária, para março, referente às obras do CAEP e as questões da saúde. -----

No uso da palavra, Luís Alentejano disse que iria doar o valor daquela assembleia a uma instituição de caridade.-----

Usando da palavra, Luís Testa referiu que, em termos de assembleias extraordinárias, gostaria de lançar ali, publicamente, o repto para que na invocação dos 40 anos do 25 de Abril, a Assembleia Municipal de Portalegre reunisse oficialmente e de forma solene, para celebrar a data da democracia, porque sem aquela data não poderiam ter nem aquela, nem outras discussões.

O Presidente da mesa informou que aquela intenção já tinha sido manifestada pela Presidente da Câmara e estava a ser tratada. -----

Usando da palavra, a Presidente da Câmara disse não existir ali qualquer atropelo. Simplesmente, os assuntos que preocupavam a oposição também preocupavam o executivo camarário e, por tal, seria normal que ocorresse o mesmo pensamento, relativamente às mesmas preocupações em comum. Naquele sentido e relativamente ao mapa judiciário, referiu que já tinha elaborado aquele texto e, portanto, solicitava que o mesmo fosse associado à ata da Assembleia, se tal lhe fosse permitido. Ninguém ali estava a tentar retirar o protagonismo de outros. Em relação à questão da saúde, disse que também estaria disponível e, obviamente, louvava ali a proposta do PS e só pecava por ser tarde e que, quando a Ministra ali tinha estado, assim como o secretário de Estado, não se lembrava de ninguém do PS se ter indignado com



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

o desaparecimento do sétimo piso do hospital. Acrescentou que esteve na inauguração e lembrava-se da intervenção que fez e também das pessoas que estavam presentes e também que tinha sido muito aplaudido, pelos membros do PS, o que ali tinha sido feito. Seguidamente, foi anexado o texto atrás mencionado, para os devidos efeitos:-----

“Foi recentemente aprovado em Conselho de Ministros o diploma que procede à regulamentação da Lei n.º 62/2013, de 26 de Agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário), e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais (ROFTJ).

De acordo com o Governo, a reorganização do sistema judiciário assenta em três pilares fundamentais: o alargamento da base territorial das circunscrições judiciais, que passam a coincidir, em regra, com as centralidades sociais correspondentes aos distritos administrativos; a instalação de jurisdições especializadas a nível nacional; e a implementação de um novo modelo de gestão das Comarcas.

Lamentamos ter que o dizer, mas em particular no que diz respeito à redefinição do mapa judiciário, e mais especificamente ainda no que se refere à citada instalação de jurisdições especializadas a nível nacional, continuamos a assistir com esta reforma, não já a um País a duas velocidades (a do litoral e das Comarcas com mais população e que coincidem com Distritos mais desenvolvidos; e a do interior, mais despovoado, mais isolado e mais pobre), mas sim a uma realidade a três velocidades: a do litoral, mais rápida; a de algumas Comarcas do interior, mais bafejadas pela “sorte” e beneficiadas por quem decide, em velocidade intermédia; e a das restantes, que continuam a ser esquecidas, a despeito da sua já difícil e dramática situação social e humana, e que nem sequer estão já em velocidade lenta ou paradas, mas em acelerada... marcha atrás!

O caso da **Comarca de Portalegre**, e da ausência na mesma de uma **Secção de Competência Especializada de Família e Menores**, é um exemplo paradigmático desta última “velocidade” (e da triste realidade) a que nos referimos!

Para ilustrarmos o que acabamos de dizer, apresentamos o quadro seguinte, comparativo apenas de algumas Comarcas; referindo, desde já, que **todos os números apresentados (relativos à competência especializada de família e menores) foram retirados de documentos oficiais do Governo de Portugal, que serviram de suporte à legislação entretanto aprovada:**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

COMARCA	VPE total	VPE por juiz	Rácio VPE (por juiz)/VRP
Beja	648	648 (1 juiz)	0,88
Bragança	551		0,75
Castelo Branco 1ª Secção (Castelo Branco)	446	446 (1 juiz)	0,61
Castelo Branco 2ª Secção (Covilhã)	424	424 (1 juiz)	0,58
Évora	561	561 (1 juiz)	0,77
Faro 1ª Secção (Faro)	1673	558 (3 juízes)	0,76
Faro 2ª Secção (Portimão)	1476	492 (3 juízes)	0,67
Guarda	568		0,77
<b>Portalegre</b>	<b>667</b>		<b>0,91</b>
Vila Real 1ª Secção (Vila Real)	585	585 (1 juiz)	0,80
Vila Real 2ª Secção (Chaves)	368	368 (1 juiz)	0,50
Viseu 1ª Secção (Viseu)	1118	559 (2 juízes)	0,76
Viseu 2ª Secção (Lamego)	450	450 (1 juiz)	0,61
Viana do Castelo	1196	598 (2 juízes)	0,82

Notas (constantes também dos já referidos documentos oficiais):

O Volume Processual Expectável (VPE) foi calculado através da média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

O Valor de Referência Processual (VRP), significando o número de processos, por espécie processual, que um juiz, em abstrato, finda anualmente, foi considerado, para as Secções de Família e Menores, em 733 processos por Juiz.

Os números falam por si! E mais do que isso, atestam, de forma clara, objetiva e inegável, a justeza do que afirmamos e a razão à nossa indignação! Tendo em conta as novas Comarcas criadas, o Volume Processual Expectável total de cada uma das mesmas (em termos de Família e Menores) e o Volume Processual Expectável por juiz (calculou-se este valor para se tentar dar uma imagem mais fiel de cada realidade, uma vez que há Comarcas ou Secções com apenas 1 juiz e outras com 2 ou com 3 juízes), verifica-se que **a Comarca de Portalegre é aquela, de entre as consideradas, que apresenta um rácio mais elevado entre VPE por juiz e VRP (0.91)**. Mas nem isso foi suficiente para que o Ministério da Justiça considerasse a criação na mesma da referida competência especializada!

Sem qualquer tipo de “bairrismo” primário, mas apenas à luz da fria mas indesmentível realidade dos números, torna-se totalmente incompreensível e inaceitável que não seja criada na Comarca de Portalegre uma Instância



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Central de Família e Menores! Afinal, que critérios foram utilizados para defender a criação desse tipo de instância numas Comarcas e para justificar a sua não criação noutras? Será que a especialização (uma das “pedras de toque” desta reforma) só é boa para uns, enquanto outros têm que continuar a contentar-se com “uma mão cheia de nada”?

Mais dramático e lamentável do que continuarmos a assistir à discriminação negativa de todo o interior do País, é verificarmos que essa discriminação é contínua e persistentemente mais acentuada e agravada em determinadas regiões desse mesmo interior; fazendo com que, no mesmo, haja Distritos e Comarcas (e Cidadãos!) de primeira e outros de segunda ou de terceira categoria.

Portalegre (o Distrito e a sua nova Comarca) e os Portalegrenses não merecem este tipo de tratamento e mais esta desconsideração! Esperamos que a situação possa ser novamente analisada e revista; porque acreditamos que, à luz de todos os critérios utilizados, a opção pela não criação da Competência Especializada de Família e Menores na Comarca de Portalegre só pode ter-se tratado de um infeliz e involuntário lapso de quem, nesta matéria, tem competência para decidir. Assumir e corrigir uma decisão errada não diminui quem o faz; antes engrandece quem tem a coragem de o fazer! No caso presente, o que esperamos de S. Ex.<sup>a</sup> a Ministra da Justiça e do Governo de Portugal é que tenham a coragem de alterar esta decisão manifestamente infeliz, em termos de coesão nacional, e negativamente discriminatória e altamente lesiva dos interesses de Portalegre e dos Portalegrenses.”

No uso da palavra, Luís Testa disse que a Presidente da Câmara tinha manifestado a vontade de aduzir, ao que ali foi apresentado, o documento que fez, relativamente ao mapa judiciário, dizendo que as preocupações eram as mesmas e que o PS apresentava, também, muitas vezes as mesmas coisas. Contudo, acreditava que as coisas funcionavam assim e admirava que perante a provocação irónica do seu grupo, a Presidente tivesse reagido tal e qual como deveriam ser as coisas. No entanto, não percebia era que, para quem tinha aquele pensamento, pudesse ser possível acusar a oposição de cada vez que apresentavam uma proposta, fosse dizer na comunicação social que estaria a cavalgar uma agenda política e acusando os Vereadores da oposição de plágio das suas ideias. Sugeriu à Presidente da Câmara que se definisse, de uma vez por todas, ou pensava genuinamente que todos ali teriam o mesmo interesse comum, que era Portalegre e, então, parasse de acusar a oposição de cavalgar a sua agenda política. Por último, disse que lhe parecia escusado era o facto da Presidente da Câmara ir ali apresentar o balanço de 120 dias, que seriam basicamente uma ata, e depois incorrer no erro absurdo de ali se depararem com uma manifestação de intenções. Em conclusão, a Presidente estava a colocar-se numa posição inenarrável, ou melhor, era o poder a fazer oposição à oposição.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Solicitando o uso da palavra, Jorge Isidro considerou que deveriam estar sempre disponíveis para o debate de ideias, sempre que as mesmas visassem o interesse das pessoas e a sua qualidade de vida e não deveriam invocar as dificuldades financeiras para não oferecer àquele debate de ideias a dignidade que mereciam. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Alentejano perguntou se não estivesse ninguém presente da ULSNA, na reunião proposta, se iriam falar só os elementos da Assembleia?-----

O Presidente da mesa disse que as atitudes ficavam com quem as tomava. Lembrou que tinha ficado encarregue de contactar a Presidente da ULSNA. De qualquer maneira, cabia também aos grupos trabalharem naquele sentido e informarem-se, uma vez que tinha sido agendada. -----

### **10 – Relatório anual de atividades 2013 e Plano de ação da CPCJ / 2014 – Para conhecimento.**

O Presidente da mesa perguntou se algum dos presentes tinha algo a dizer sobre o referido relatório. Não havendo, considerava-se tomado o conhecimento do mesmo. -----

### **11 – Conselho Municipal de Educação – novos membros;**

O Presidente da mesa disse que, relativamente ao último ponto da ordem de trabalhos, tratava-se de um assunto que tinha sido aditado, referente ao Conselho de Educação, o qual considerava um órgão muito importante. Referiu também que a colocação do mesmo fazia todo o sentido porque, já estavam no mês de março e, que quem andava na educação, ficava sempre influenciado pelo facto do ano letivo não coincidir com o ano civil. Naquele âmbito, existiam decisões urgentes a serem tomadas, dali a justificação da urgência. Perguntou se algum dos presentes tinha perguntas fazer ou algo a opor. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e aceitou os novos membros que constituíam o Conselho Municipal de Educação. -----

### **Aprovação em Minuta:**

O Presidente da Mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à Minuta da Ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

**FALTAS:** Não houve faltas a registar. -----

### **ENCERRAMENTO:**

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa, encerrada a 2.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal, eram 02.20 h, do dia 27 de fevereiro do ano de 2014 e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. -----